

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC SALVAN CORREIA DO NASCIMENTO JÚNIOR

A DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA NO GOLFO DA GUINÉ:

o hiato entre a estratégia idealizada e os resultados alcançados.

Rio de Janeiro

2020

CC SALVAN CORREIA DO NASCIMENTO JÚNIOR

A DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA NO GOLFO DA GUINÉ:

o hiato entre a estratégia idealizada e os resultados alcançados.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientadores: CF Luiz Eduardo Cetrin Maciel e CF (RM1) Ohara B. Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2020

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar meu caminho e dar-me força na busca por uma vida virtuosa.

A minha família, minha esposa Renata e meus filhos Camile, Pedro Henrique e Manuela, por seu amor e apoio incondicionais.

A meus orientadores, Capitão de Fragata Luiz Eduardo Cetrim Maciel e Capitão de Fragata (RM1) Ohara B. Nagashima, pelos conselhos e correções de rumo no decorrer deste trabalho.

Ao Capitão de Fragata Gutemberg e aos imediatos dos NPaOc classe “Amazonas”, Capitães de Fragata Bessa, Luciano e Werneck, pelas informações prestadas.

Aos amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores de 2020, especialmente a todos da turma Almirante Maximiano por estarmos juntos novamente superando os desafios que requer a carreira naval.

RESUMO

A questão relativa à segurança marítima na região do Golfo da Guiné é a principal fonte de instabilidade no Atlântico Sul. O Brasil, desde 2014, tem enviado navios de guerra com propósito de contribuir para a capacitação das marinhas africanas e minimizar o problema. Isso ocorreu nos exercícios *Obangame Express*, de 2014 a 2019, e *Grand African NEMO 2019*. Este trabalho tem por propósito confrontar a estratégia brasileira, ao empregar navios da Marinha do Brasil na região, com o conceito de *smart power* e, em seguida, analisar as relações entre as atividades desenvolvidas durante exercícios em lide e os resultados obtidos pelo Brasil no período, tendo por base aspectos idealizados na estratégia nacional brasileira e o uso da diplomacia naval. Para tal, foram analisados os conceitos de poder de Nye Junior, destacando o *smart power*, que é relacionado à implementação de uma estratégia eficaz e inteligente. Dado isso, estudamos o conceito de estratégia integral de Lucien Poirier e suas servitudes. Em seguida, examinamos a tipologia da diplomacia naval de Coteau-Bégarie, mais especificamente a diplomacia permanente. A partir desse arcabouço, estudamos a estratégia nacional brasileira em relação ao Golfo da Guiné, que, conforme a Política Nacional de Defesa, está incluso no entorno estratégico brasileiro. Por fim, analisamos as atividades da Marinha do Brasil durante os exercícios mencionados e os resultados obtidos junto às nações da região nas vertentes diplomática, militar e econômica entre 2014 e 2019.

Palavras-chave: Estratégia Integral. Servitudes. Diplomacia Naval. Marinha do Brasil. Golfo da Guiné.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	A região do Golfo da Guiné	63
Figura 2 -	Incidentes de pirataria e roubo armado no Golfo da Guiné, 2016-2019	64
Figura 3 -	Arquitetura de Iaundê para segurança e proteção marítima	66
Gráfico 1 -	Quantidade de interações com forças militares estrangeiras, por país, que operaram com os NPaOc Classe “Amazonas” da MB nas <i>Obangame Express</i> (2014 a 2019) e <i>Grand African NEMO</i> (2019)	57
Gráfico 2 -	Quantidade de visitas a portos por navios da MB, por cidade, nas <i>Obangame Express</i> (2014 a 2019) e <i>Grand African NEMO</i> (2019)	59
Gráfico 3 -	Quantidade de sequestros de navios na região do Golfo da Guiné por tipo de ação ilícita decorrente, 2009-2019	65
Gráfico 4 -	Quantidade de sequestros de tripulações na região do Golfo da Guiné pela localização (país) do incidente, 2009-2019	65

LISTA DE TABELAS

- 1 - Quantidade de interações com forças militares estrangeiras, por país, que operaram com os NPaOc Classe “Amazonas” da MB nas *Obangame Express* (2014 a 2019) e *Grand African NEMO* (2019) 56
- 2 - Quantidade de visitas a portos por navios da MB, por país e cidade, nas *Obangame Express* (2014 a 2019) e *Grand African NEMO* (2019) 58
- 3 - Transferências de equipamentos militares do Brasil para países da região do Golfo da Guiné. Entregas e pedidos feitos entre 2014 e 2019 69
- 4 - Transferências de equipamentos militares do Brasil para todos os países. Entregas e pedidos feitos entre 2014 e 2019 70
- 5 - Transferências de navios militares para países da região do Golfo da Guiné. Entregas e pedidos feitos entre 2014 e 2019 71

LISTA DE ABREVIATURAS

BID -	Base Industrial de Defesa do Brasil
CAAML -	Centro de Adestramento Almirante Marquês de Leão
CISMAR -	Centro Integrado de Segurança Marítima
COMCONTRAM -	Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo
CRESMAC -	Centro Regional de Segurança Marítima da África Central
CRESMAO -	Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental
ECCAS -	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
ECOWAS -	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
END -	Estratégia Nacional de Defesa
EUA -	Estados Unidos da América
FCT-	Fragata Classe Tamandaré
GRUMEC -	Grupo de Mergulhadores de Combate
GVI -	Grupo de Visita e Inspeção
ICC -	Centro Inter-regional de Coordenação
LCM -	Linha de Comunicação Marítima
MB -	Marinha do Brasil
MCC -	Centros de Coordenação Marítima Multinacional
MGA -	Marinha de Guerra Angolana
NPaOC -	Navio-Patrolha Oceânico
ONU -	Organização das Nações Unidas
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PATNAV -	Patrolha Naval

PIB -	Produto Interno Bruto
PND -	Política Nacional de Defesa
PNM -	Programa Nuclear da Marinha
PROSUB -	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
RC -	República do Congo
RDC -	República Democrática do Congo
SisGAAz -	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISTRAM -	Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo
STP -	São Tomé e Príncipe
YAMSS -	Arquitetura de Iaundê para Segurança e Proteção Marítima
ZOPACAS -	Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PODER, A ESTRATÉGIA E A DIPLOMACIA NAVAL	13
2.1	PODER	14
2.2	ESTRATÉGIA INTEGRAL	18
2.2.1	O Conceito de Estratégia Integral	19
2.2.2	Servitudes	20
2.3	DIPLOMACIA NAVAL	21
2.3.1	A Diplomacia Simbólica	21
2.3.2	A Diplomacia de Rotina	23
2.3.3	A Diplomacia de Defesa	24
2.3.4	A Diplomacia Econômica	25
2.4	OBSERVAÇÕES PARCIAIS	26
3	O BRASIL NO GOLFO DA GUINÉ	28
3.1	A ESTRATÉGIA BRASILEIRA	29
3.2	DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ	36
3.2.1	Os navios da MB no Golfo da Guiné	36
3.2.2	<i>Obangame Express</i> (2014 a 2019)	38
3.2.3	<i>Grand African NEMO</i> (2019)	41
3.3	CONCLUSÕES PARCIAIS	42
4	A INFLUÊNCIA BRASILEIRA	43
4.1	INFLUÊNCIA SIMBÓLICA E DIPLOMÁTICA	44
4.2	INCREMENTO DA SEGURANÇA	46
4.3	INFLUÊNCIA ECONÔMICA	47
4.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	49
5	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE A	56
	APÊNDICE B	58
	APÊNDICE C	60

ANEXO A	63
ANEXO B	64
ANEXO C	66
ANEXO D	69
ANEXO E	70
ANEXO F	71

1 INTRODUÇÃO

A região do Golfo da Guiné¹ tem sido o principal ponto de instabilidade do Atlântico Sul na última década. Nesse escopo, as ameaças mais relevantes estão relacionadas com os incidentes de pirataria² e assalto à mão armada³ no mar. Apesar disso, o problema abrange também outras questões como tráfico ilegal de armas e drogas, roubo de petróleo bruto, tráfico de seres humanos, poluição marítima e pesca ilegal. Tudo isso sem mencionar o terrorismo marítimo com tomada de reféns e vandalização de plataformas de petróleo.

O Brasil, por sua vez, tem preocupação na manutenção da segurança marítima e na proteção das linhas de comunicação marítimas (LCM)⁴ de interesse nacional no Atlântico Sul. Além disso, considera os Estados da África ocidental como parte de seu entorno estratégico, o que por si só confirma a relevância que a instabilidade no Golfo da Guiné detém em relação aos objetivos brasileiros relacionados com o mar.

Face aos problemas apresentados, o Brasil tem, desde 2014, enviado navios de guerra para realizar treinamentos, a fim de capacitar militares africanos para combater os ilícitos mencionados na região. Dada essa interação, selecionamos duas questões de pesquisa, uma principal e outra secundária, que são, respectivamente, as ações da Marinha do Brasil (MB) no Golfo da Guiné tiveram aderência ao conceito de *smart power* a partir de uma estratégia integral que emprega a diplomacia naval? E qual foi a relação entre os exercícios *Obangame Express*, de 2014 a 2019, e *Grand African NEMO 2019* e os resultados obtidos pelo Brasil no período, tendo por base os aspectos estabelecidos na estratégia nacional

¹ No presente trabalho, considera-se a região do Golfo da Guiné a área da costa ocidental africana banhada pelo Oceano Atlântico Sul que se estende do Senegal até Angola. Os Estados que compõe a região são: Senegal, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo e Angola.

² Pirataria consiste o saque, depredação ou apresamento de navio ou aeronave, em geral mediante violência, e para fins privados, por outro navio ou aeronave no mar, desde que fora do mar territorial de qualquer Estado (BRASIL, 2017b).

³ Incidentes ocorridos dentro do mar territorial de algum Estado.

⁴ Termo que descreve as principais rotas marítimas usadas para o movimento do comércio, logística e forças navais (KLEIN, 2007).

brasileira e o conceito de diplomacia naval permanente estabelecido por Coteau-Bégarie? A pesquisa não considerou o emprego de hipóteses.

O propósito desta pesquisa é, portanto, de duplo caráter. Inicialmente, confrontar as ações da MB no Golfo da Guiné com o conceito de *smart power* e, em seguida, analisar as relações entre os dois objetos de estudo, a saber: os exercícios *Obangame Express*, de 2014 a 2019, e *Grand African NEMO* 2019 e os resultados obtidos pelo Brasil no período, tendo por base aspectos idealizados na estratégia nacional brasileira e o conceito de diplomacia naval permanente estabelecido por Coteau-Bégarie.

Do ponto de vista metodológico, será realizada a confrontação de uma perspectiva teórica ampla, o *smart power* associado a estratégia integral e a aplicação da diplomacia naval permanente, com uma realidade específica, a estratégia do Brasil em relação ao Golfo da Guiné e o emprego de sua força naval na região.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No segundo capítulo, após esta introdução, apresentaremos o arcabouço teórico da pesquisa, que permitirá a compreensão dos capítulos subsequentes. Estudaremos os conceitos de poder apresentados por Nye Junior, dos quais ressaltaremos a aplicação do *smart power* e a consequente implementação de uma estratégia inteligente. A partir desse conceito, discorreremos sobre a estratégia integral do General Lucien Poirier associado às servitudes existentes entre as estratégias que a compõe. Após isso, examinaremos a tipologia da diplomacia naval de Coteau-Bégarie, mais especificamente a diplomacia permanente.

No terceiro capítulo, apresentaremos aspectos da estratégia nacional brasileira que tenham aderência ao objeto de nossa pesquisa e que estejam de acordo com documentos de nível político. Na sequência, analisaremos como a MB empregou seus navios no Golfo da Guiné de 2014 a 2019, especificamente nos exercícios *Obangame Express* de 2014 a 2019 e *Grand African NEMO* em 2019.

No quarto capítulo, analisaremos o papel exercido pela MB no Golfo da Guiné à luz do arcabouço teórico apresentado. Desse modo, buscaremos esclarecer o quanto a presença de navios da MB pode contribuir para que o Brasil exercesse influência nos Estados do Golfo da Guiné sob aspectos diplomáticos, militares e econômicos.

No quinto e último capítulo, apresentaremos as conclusões da pesquisa, de modo que as questões propostas possam ser respondidas.

Adicionalmente, consta do APÊNDICE C uma entrevista com instrutor brasileiro que mais participou dos exercícios *Obangame Express*, quando atuou na capacitação de militares africanos da região do Golfo da Guiné.

Dessa forma, iniciaremos o estudo com a apresentação dos fundamentos teóricos mencionados.

2 O PODER, A ESTRATÉGIA E A DIPLOMACIA NAVAL

Para realizarmos o presente estudo, foi estabelecida uma fundamentação teórica que será apresentada neste capítulo.

Na primeira seção, estudaremos os conceitos de poder, *hard power*⁵, *soft power*⁶ e *smart power*⁷, apresentados por Nye Junior. Esse estudo nos permitirá entender como os tipos de poder podem exercer influência nas relações internacionais. Assim, apresentaremos conceitos relacionados a níveis de poder e tipos de influência que determinados Estados exercem sob outros.

Na segunda seção, apresentaremos o conceito de estratégia integral de Poirier, associado ao de servitudes. O estudo da estratégia integral⁸ é fundamental para esta pesquisa tendo em vista a ligação que detém com o conceito de *smart power*. Já a análise das servitudes que fazem uso o poder naval destacará as eventuais funções diplomáticas e econômicas que possam ser efetuadas com o emprego de navios de guerra.

Por fim, na terceira seção, exporemos as formas de diplomacia naval relacionadas com as participações brasileiras em operações de segurança marítima no Golfo da Guiné. Para tal, utilizaremos a tipologia de Coteau-Bégarie, mais especificamente, a diplomacia naval permanente e suas subdivisões. Tais aspectos nos permitirão conhecer alguns dos papéis dos navios de guerra no processo de influência entre Estados.

⁵ Poder duro, em português (tradução nossa).

⁶ Poder brando, em português (tradução nossa).

⁷ Poder inteligente, em português (tradução nossa).

⁸ Estratégia Integral, também nomeada Geral ou Nacional.

2.1 PODER

De acordo com Nye Junior (2004), o conceito de poder consiste na capacidade de afetar os outros para obter resultados desejados. Em linhas gerais, a principal dicotomia se dá entre o *soft power*, relacionado a diplomacia e influências culturais, e o *hard power*, referente ao poder coercitivo.

No espectro entre esses dois opostos, existem diversas formas de exercer o poder. A combinação inteligente desses tipos de poder pode resultar em estratégias mais eficientes com vistas a um objetivo desejado e consiste em um conceito de poder chamado de *smart power* (NYE JUNIOR, 2011).

O *soft power* consiste na capacidade de moldar as preferências dos outros por atração. Para exercer poder baseado nas preferências dos outros, há de saber quais são essas preferências. Algumas vezes, pode-se alcançar os resultados esperados ao influenciar o comportamento, em vez de comandá-lo (NYE JUNIOR, 2004).

Um Estado pode obter os resultados desejados na política mundial porque outros países, admirando seus valores, imitando seu exemplo, aspirando a seu nível de prosperidade e abertura, desejam segui-lo. Se o outro acredita que os objetivos e valores são legítimos, em princípio, minimiza a necessidade da utilização de ameaças ou recompensas.

Por outro lado, há a possibilidade de que sejam alcançados os resultados esperados utilizando um poder tangível baseado em coerção ou recompensa. De fato, esse *modus operandi* é mais comum e mais fácil de mensurar os resultados. Suas ferramentas principais são os componentes militar e econômico. Esse conceito, antagônico ao *soft power*, é o *hard power*.

Portanto, entendemos que, para influenciar um Estado, os seus valores, a legitimidade aos olhos dos outros e os interesses afins são fatores preponderantes no espectro do *soft power*. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, esses valores

podem ser transmitidos de distintas formas.

Por outro lado, o *hard power*, principalmente por meio das forças armadas e das forças econômicas, pode impor uma mudança de posição. Esse tipo de poder repousa em estímulos ou ameaças. Apesar disso, os militares podem ser uma forma de estabelecer uma aproximação com outros países sem fazer uso direto dessas “cenouras” ou “bastões”⁹. Visitas oficiais e operações conjuntas são exemplos de situações em que podem ser demonstrados os valores inerentes ao *soft power*.

Um recurso tangível de força, como uma unidade militar, pode produzir comportamento comandado (após uma batalha) ou voluntário (por atração), dependendo de como é usado. A atração depende da mente do observador. As percepções desempenham um papel significativo em que tipo de comportamento será produzido dados os recursos empregados. Por exemplo, as forças navais podem ser usadas para vencer batalhas ou conquistar corações e mentes (NYE JUNIOR, 2011).

Ao aplicar uma política de defesa com o intuito de exercer atração, um Estado pode persuadir outros a trabalhar pelos mesmos resultados e a apoiar seus objetivos sem empregar sua força. Esse é um ativo poderoso, construído ao longo de gerações. O componente militar, quando detém um *soft power* associado, obtém uma maior eficiência na aplicação de seus recursos para construir relacionamentos que possam projetar e aumentar a influência sobre outros países.

Uma elevada capacidade da força militar pode exercer um poder de atração positivo. Apesar disso, dependendo da situação, a má atuação de grupamentos militares ou o uso de força desproporcional pode prejudicar a obtenção de resultados que poderiam ser obtidos por essa simples atração. Assim, concluímos que o instrumento militar pode ser aplicado num espectro que varia desde a simples influência até a coerção e conflito, seu papel

⁹ Termos utilizados por Nye Junior (2004) para descrever recompensas ou ameaças, *carrots or sticks*, em inglês (tradução nossa).

clássico. A forma de ação escolhida pode contribuir ou prejudicar, dependendo de cada situação, o atingimento dos fins estabelecidos.

Sob esses aspectos, destacamos que uma força naval tem capacidade de cobrir todo esse espectro. Ela detém características únicas que contribuem para alcançar esses bons resultados, inclusive a partir de uso do *soft power*. Convenhamos que é mais confortável admitir uma visita de um navio de guerra estrangeiro e realizar operações conjuntas no mar do que receber um tanque ou um caça em seu território.

Há muito mais em recursos militares do que armas e batalhões e mais em comportamento militar do que lutar ou ameaçar lutar. Os recursos de poder militar são usados há muito tempo para proteger os aliados e ajudar os amigos. O comportamento de lutar em nome de amigos pode gerar um *soft power*. Usos não-coercitivos e benignos dos recursos militares podem ser fontes importantes de *soft power* na elaboração de agendas, persuasão e atração na política mundial (NYE JUNIOR, 2011).

Fazendo uma análise mais abrangente, verifica-se que as forças armadas podem ser instrumentos para exercer uma influência positiva de formas diferentes. Essa admiração pode ocorrer pela grandeza da força devido a elevada capacidade e quantidade de recursos militares (meios), ou pela forma como essa força atua (métodos ou vias).

Dessa forma, observamos que usos não-coercitivos e benignos dos recursos militares podem ser uma fonte importante de *soft power* para a elaboração de estratégias no âmbito das relações internacionais. Verificamos também que as forças navais detêm uma maior aceitabilidade nesse sentido. Os objetivos desejados devem ser bem traçados para que os recursos militares sejam utilizados com os métodos adequados para aumentar a probabilidade de que a influência exercida alcance o resultado esperado.

Até aqui, apresentamos uma estrutura para entender como um Estado pode utilizar seu instrumento naval para ampliar seu *soft power* em detrimento da sua aptidão natural ao

hard power. Contudo, esse *soft power* é um ingrediente importante de uma receita mais abrangente, a estratégia inteligente ou o *smart power*.

Afirmar que apenas o *soft power* pode produzir uma política externa eficaz é um grave equívoco. O conceito de *smart power* para o século XXI consiste na capacidade de combinar *soft power* e *hard power* em estratégias eficazes e inteligentes, ou seja, combinar os recursos para resolver problemas e obter os resultados em vista. O *smart power*, por ser considerado inteligente, detém uma característica positiva incorporada já em sua definição (NYE JUNIOR, 2011).

O envolvimento nas políticas governamentais de *soft power* pode levar muito tempo para alcançar resultados. Um poder político normalmente busca resultados mais rápidos e agir da maneira mais eficiente possível. Portanto, o uso de recursos de *soft power* sobre os problemas concretos deve estar associado a outros elementos uma estratégia mais ampla. O *smart power* sintetiza as fontes tradicionais de *hard power*, recursos militares e econômicos, e *soft power*, instituições, cultura, ideias, percepções de legitimidade e valores, para obter resultados esperados.

Dentro do conceito de *smart power*, há cinco fases para a implementação de estratégias eficazes e inteligentes. Primeiro, ter objetivos claros. Segundo, verificar os meios disponíveis e como eles podem ser implementados. Terceiro, conhecer os recursos e preferências dos países ou organizações a serem influenciados. Quarto, escolher a forma de atuação no espectro que varia entre o poder de comando e o de influência. Quinto, avaliar criteriosamente a probabilidade de sucesso para a conquista dos objetivos definidos (NYE JUNIOR, 2011).

Ao analisarmos as cinco fases para implementar uma estratégia inteligente, observamos uma relação entre o estabelecimento de fins a alcançar e sua respectiva probabilidade de sucesso. Sob esse escopo, é fundamental a devida escolha de quais

instrumentos serão utilizados e como serão aplicados de modo a influenciar o comportamento do outro. Com efeito, observamos que o grau dessa influência corroborará para o conseguir obter os efeitos esperados.

Isso posto, concluímos que um Estado que utiliza o *smart power* apropriadamente deve mapear as preferências do outro de modo a realizar ações que possam influenciá-lo. Nesse contexto, um Estado pode preparar e aplicar o poder de modos diversos. Aplicando esse poder com inteligência, de modo cooperativo por exemplo, as partes obterão a sinergia necessária para atingir resultados muito maiores do que conseguiriam se atuassem isolados. Sob o ponto de vista militar, isso pode ser efetivado de diversas formas, desde realizando operações humanitárias até operações conjuntas em conflitos reais.

Após verificarmos as formas de exercer poder, com o foco na abordagem de *soft power* e *smart power*, exporemos o conceito de estratégia integral de Poirier. Esse conceito, intimamente ligado ao *smart power*, permitirá entender o papel das forças navais nesse contexto.

2.2 ESTRATÉGIA INTEGRAL

O uso de forças navais por um Estado, normalmente ocorre a partir do seu emprego clássico como força armada¹⁰. Contudo, há necessidades inerentes a uma estratégia política mais ampla que podem demandar que navios de guerra exerçam funções que extrapolam seu caráter militar. Essas necessidades e as relações que elas geram entre estratégias particulares compõem as servitudes, que exporemos após estudarmos o conceito de estratégia integral.

¹⁰ A defesa da pátria diante de ameaças externas.

2.2.1 O Conceito de Estratégia Integral

O poder político atua em diversas áreas de atuação, cada qual com seus objetivos específicos estabelecidos por aquele. Essas áreas aplicam estratégias gerais próprias para alcançar os objetivos determinados. Contudo, objetivos políticos amplos demandam que essas estratégias sejam aplicadas em conjunto, compondo assim uma estratégia integral.

O General Lucien Poirier (1918-2013) define a estratégia integral como

“Teoria e prática da manobra do conjunto de forças de toda ordem, atuais e potenciais, resultante da atividade nacional, que tem por objetivo atender ao conjunto das finalidades definidas pela política geral. A estratégia integral combina os resultados das três estratégias econômica, cultural e militar. em uma unidade de pensamento e de ação que organiza seus objetivos, seus caminhos e seus meios” (Apud COUTAU-BÉGARIE, 2010b, p.361).

As estratégias coordenadas introduzem a ação dentro da política. Em outras palavras, elas formam a estratégia integral, que é a política em atividade. A política determina o estado final desejado com propósito de promover a prosperidade da nação. No nível abaixo do político, o estratégico, são estabelecidas as estratégias de como atingir os objetivos traçados.

Poirier cita as estratégias econômica, cultural e militar. Porém, essas três estratégias não esgotam essa relação. Em uma visão mais abrangente, a estratégia de integral é o resultado da soma da estratégia diplomática, estratégia de defesa, estratégia marítima, estratégia econômica e financeira, estratégia industrial e estratégia moral (WEDIN, 2015).

Contudo, diante de desafios amplos, essas estratégias normalmente não são autossuficientes. Entendemos que, para alcançar determinados fins estabelecidos pela política, cada estratégia pode vir a demandar as outras, bem como as apoia quando necessário.

Assim, concluímos que o bom uso de uma estratégia integral, a partir de um projeto político, é a concretização do *smart power*. Os objetivos amplos são determinados para serem atingidos por meio estratégias gerais particulares. Essas estratégias são empregadas em conjunto, uma em apoio a outra. Isso ocorre a partir de uma relação com

servitutes ou dependências entre as estratégias com foco no alcance dos efeitos pretendidos.

2.2.2 Servitutes¹¹

O poder político deve exercer uma coordenação eficiente entre as estratégias gerais particulares para obter os resultados desejados. Essas estratégias relacionam-se entre si, com ações e reações umas sobre as outras. Essa relação de dependência é o que constitui o conceito de servitude (WEDIN, 2015).

Por sua vez, o poder naval nem sempre é empregado a serviço de uma estratégia naval, exercendo sua função clássica. Isso ocorre devido à necessidade de atender determinadas servitutes de outras estratégias de modo a contribuir para consecução dos fins políticos.

O Almirante Raoul Castex (1878-1968) abordou a questão ao citar que a estratégia naval, diferentemente de outras estratégias, dificilmente está livre. Ele afirma que apesar de ser livre para aplicar sua técnica durante as operações, a estratégia naval frequentemente não tem escolha sobre em quais operações atuará, residindo nesse aspecto a existência de servitutes (WEDIN, 2015).

Nesse escopo, uma característica marcante da estratégia naval é a sua capacidade de apoio à estratégia diplomática, realizando ações junto a outras nações. Essa característica permite que forças navais sejam empregadas de modo a contribuir para a consecução dos objetivos do Estado relacionados com as relações exteriores. Ainda no ambiente internacional, mas em relação à estratégia naval em si, a força naval pode atuar de modo a promover cooperação em temas importantes como a vigilância em alto-mar, segurança marítima, socorro e salvamento.

Além disso, a estratégia naval depende da estratégia industrial para fornecer os

¹¹ Na tradução da obra de Lars Wedin (2015) para português, utilizou-se o termo “dependências” no lugar de servitutes.

meios para compor as forças navais. No sentido inverso, navios de guerra e suas tripulações, a partir de altos rendimentos em operações, podem atrair compradores estrangeiros impressionados com os meios, contribuindo assim para a indústria e, conseqüentemente, para economia de seu país.

Estabelecidos os conceitos de estratégia integral e as servitudes das estratégias particulares, com destaque para a estratégia naval, seguiremos nossa linha de raciocínio. Na próxima seção analisaremos alguns tipos de diplomacia naval, que são formas de emprego de meios navais em apoio a outras estratégias.

2.3 DIPLOMACIA NAVAL

Estudaremos nesta seção a diplomacia naval, que consiste no uso de forças navais presentes em uma área como instrumento de suporte a uma determinada política externa. Ela pode ser exercida permanentemente, sob diversas formas, desde visita de rotina aos portos estrangeiros, operações conjuntas ou até um ataque limitado.

Segundo Coteau-Bégarie (2010a), a diplomacia naval pode ser dividida em categorias, sendo permanente (simbólica, de rotina, de defesa e econômica) ou de crise (humanitária, protetora ou política); preventiva ou reativa; cooperativa ou coercitiva; nacional ou multinacional; e nuclear ou convencional.

Ao analisarmos essa tipologia, verificamos que nem todas as categorias mencionadas têm aderência ao objeto ora em estudo. Por conseguinte, realizaremos uma análise mais profunda da diplomacia naval permanente e suas divisões, as diplomacias navais simbólica, de rotina, de defesa e econômica.

2.3.1 A Diplomacia Simbólica

A diplomacia simbólica consiste em uma afirmação de posição e dissuasão

existencial. Uma forte dimensão simbólica atribui poder à existência de forças navais. O fato de ter uma marinha forte, muda tanto a percepção própria de quem a possui, sua autoimagem, quanto a percepção que seus potenciais aliados ou adversários detêm. O possuidor da força naval é capaz de intervir além de seu território terrestre, sem ser um espectador obrigado a se submeter (COUTAU-BÉGARIE, 2010a).

O mar permite tanto a projeção de poder sobre a terra, quanto o mero posicionamento de navios em áreas próximas. Uma vez posicionada, a capacidade de permanência de uma força naval traz, atrelada a diplomacia simbólica, a possibilidade de projetar seu poder de forma rápida. Isso é consequência do mar impor uma vulnerabilidade maior, visto que há menos obstáculos físicos que, no caso de um ataque por terra, facilitam a defesa. A relevância dessa questão aumenta ao inserirmos neste cálculo a crescente importância dos navios mercantes e as LCM utilizadas em um mundo cada vez mais globalizado. Menciona-se também a existência de plataformas de exploração de energia no mar, certamente bem vulneráveis frente a uma força naval oponente.

Possuir uma força naval muda como o próprio Estado se enxerga e, por consequência, como será a sua postura política internacional. Quão mais forte for uma determinada Marinha, mais instrumentos um país terá para projetar seu poder. Esse fator aumenta a capacidade de influenciar determinadas negociações a seu favor, logo altera também sua própria postura diante de uma controvérsia.

Em decorrência desses fatores, a capacidade naval de um Estado, ainda que potencial, acaba por influenciar no comportamento de outros Estados. Guardada as proporções, esse aspecto tem similaridades ao conceito de “Esquadra em Potência”¹², com a principal diferença que este último foi estabelecido sob a ótica do confronto de esquadras.

¹² A conservação de uma força naval reduzida à impotência apresenta um interesse duplo. No plano político, ela permanece um símbolo e um instrumento de poder que será levado em conta no acordo final. No plano militar, a esquadra inativa pode voltar a tornar-se ativa, permanecendo uma ameaça que limita a liberdade de ação do mais forte, tornando o domínio do mar imperfeito (COUTAU-BÉGARIE, 2010b).

Concluimos que a existência de uma Marinha altera o seu *soft power*, na medida em que outros venham a admirar o país que a possui por sua grande capacidade em termos de recursos e métodos. Contudo, isso é uma via de mão dupla, pois uma Marinha insignificante ou que se utiliza de força desproporcional pode vir a reduzir o seu *soft power*.

Por fim, entendemos que um Estado pode utilizar esse elemento simbólico associado a outros recursos em uma estratégia mais ampla. A mera existência de uma força naval contribui para aplicação adequada de uma estratégia inteligente. Nesse escopo, por meio do *soft power* gerado, a marinha é um fator importante para o desenvolvimento do *smart power* de um país.

2.3.2 A Diplomacia de Rotina

A diplomacia de rotina consiste nas visitas, manobras e manifestações navais. O efeito existencial, estabelecido pela diplomacia simbólica, é ainda mais reforçado por manifestações rotineiras cujo objetivo principal não é necessariamente obter um efeito diplomático concreto, mas que, no entanto, tem um efeito diplomático induzido (COUTAUBÉGARIE, 2010a).

Uma visita de um navio de guerra a um porto estrangeiro tem a atração como um de seus efeitos desejados. Essa é uma forma de concretizar a percepção captada por meio da diplomacia simbólica aos olhos de quem recebe esse navio. É também uma forma de incrementar a própria capacidade de influência, sob a ótica de quem realiza a visita. É natural associar uma visita a um aprofundamento de uma relação estabelecida com base na amizade e cooperação.

Observamos ainda que uma visita naval pode ter finalidades diversas, dependendo da intenção do Estado que está realizando a visita. Os efeitos desejados podem ser captados de forma direta ou induzida. Na forma direta, a marinha visitante realiza eventos diplomáticos

a bordo com a presença de autoridades, como os que ocorrem nas viagens de instrução do Navio-Escola “Brasil”. Na forma induzida, esse processo ocorre pela simples presença do navio e de sua tripulação, como em paradas logísticas (para reabastecimento e manutenção), quando o propósito não é diretamente diplomático.

Portanto, concluímos que a diplomacia de rotina insere o componente da presença. Esse elemento é fundamental para estabelecer uma estratégia inteligente com o uso do instrumento naval. Apesar de a existência de uma marinha ter o seu valor estratégico, é com a presença que o Estado pode produzir efeitos concretos e direcionados para alcançar objetivos específicos, como será visto nas categorias a seguir.

2.3.3 A Diplomacia de Defesa

A diplomacia de defesa designa todas as atividades não violentas das forças armadas que podem contribuir para a estabilidade e a influência internacional do Estado. Nessa categoria, ressalta-se a participação da Marinha em ações diplomáticas como negociações internacionais, diálogos estratégicos e até contribuição para a erradicação de grupos armados, como grupos terroristas (COUTAU-BÉGARIE, 2010a).

Esse tipo de diplomacia naval está atrelado às relações internacionais bem estabelecidas, bem como à inserção do componente naval na atividade diplomática junto a organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), por exemplo. Dentro dessa categoria, há um espectro que vai desde simples negociações no âmbito da defesa entre Estados até parcerias para mitigar ações de grupos armados. Contudo, entendemos que há uma fronteira que separa essas ações de conflitos. Nesse limite do espectro, há como exemplo os exercícios conjuntos entre marinhas e os treinamentos para melhorar o nível de adestramento e interoperabilidade para

atuar contra pirataria¹³.

Em suma, deduzimos que esta categoria é a que mais caracteriza a defesa a serviço da diplomacia, pois inclui atividades navais que permitem manter e construir alianças com o propósito de contribuir para uma estratégia internacional. Isso ocorre principalmente com foco em alguma questão ou região específica, mas também pode ocorrer de forma abrangente. Reiteramos, ainda, o fato de que a intervenção armada ou qualquer elemento coercitivo concreto não fazem parte da diplomacia de defesa.

2.3.4 A Diplomacia Econômica

A diplomacia econômica consta no uso da força naval para fins de promoção econômica. As visitas de navios ao exterior podem servir como uma vitrine para a indústria militar naval de um país na esperança de obter encomendas futuras. O crescimento das exportações de armas gera uma disputa por mercados, apoiada por políticas comerciais muito agressivas e pelo uso sistemático do instrumento naval para fins de promoção comercial (COUTAU-BÉGARIE, 2010a).

A importância crescente às exportações de itens militares é um fator que contribui para sustentar a indústria de defesa de qualquer Estado. Essa criação de demanda no exterior para empresas do país é um vetor de sentido duplo na medida em que também cria as bases para o crescimento da própria força militar. Sob esse aspecto, a utilização de equipamentos nacionais ou nacionalizados¹⁴ permite que as forças navais de um Estado tenham condições logísticas melhores, aumentando a disponibilidade de seus meios.

Um Estado que adota uma postura militar mais abrangente, que demande uma elevada quantidade de meios, consegue por si só criar a demanda necessária para sustentar as

¹³ Pirataria consiste o saque, depredação ou apresamento de navio ou aeronave, em geral mediante violência, e para fins privados, por outro navio ou aeronave (BRASIL, 2017b).

¹⁴ Equipamentos nacionalizados são os produzidos no estrangeiro e que passam a ser produzidos e mantidos internamente, após o processo de transferência de tecnologia.

indústrias militares nacionais. Contudo, se adotar um perfil discreto, a aplicação da marinha em operações e exercícios tendo por propósito principal a promoção comercial pode impulsionar a indústria nacional com encomendas internacionais. Nesse caso, o foco maior é econômico e contribuir para sustentação da sua indústria de defesa é o propósito a ser alcançado.

Sendo assim, concluímos que a diplomacia econômica é concentrada em promover o crescimento econômico nacional a partir do fortalecimento de sua indústria de defesa. Suplementarmente, a presença naval e a cooperação podem ter como consequência o fortalecimento de laços que podem contribuir para a realização de acordos comerciais fora do âmbito militar. O instrumento naval, mesmo mantendo sua função militar, passa a ser utilizado em uma estratégia mais ampla. Estratégia essa que, por fim, inclui a própria manutenção da capacidade de defesa naval.

2.4 OBSERVAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo teórico, estabelecemos um arcabouço que foi organizado partindo das formas de exercer poder, passando como isso é operacionalizado, até chegarmos no efetivo uso de instrumentos de modo a cumprir as diretrizes políticas determinadas. Especificamente, analisamos as formas de uso do instrumento naval em prol de uma estratégia integral.

Fizemos uma análise do poder da influência e uso da diplomacia naval de forma descendente, ou seja, partindo do poder político até chegarmos nas ações dos navios. Apesar disso, percebemos que o poder naval também pode pautar ou sugerir temas que façam parte de sua estratégia particular e que contribuam para os fins políticos da estratégia integral. No Brasil, normalmente isso é estabelecido no nível do Ministério da Defesa e da MB, como veremos no próximo capítulo. Adicionalmente, as atitudes das tripulações, tanto durante as operações quanto nas visitas aos portos, podem ampliar o espectro das fontes de poder do

Estado detentor dos meios navais.

A limitação do estudo dentro das subcategorias da diplomacia naval permanente de Coteau-Bégarie mostrou-se adequado, na medida em que o Brasil não exerceu atividades relacionadas com a diplomacia naval de crise na região do Golfo da Guiné nos últimos anos. Assim, ao analisarmos as diplomacias navais simbólica, de rotina, de defesa e econômica exercidas por navios de guerra, estabelecemos a base que nos permitirá tirar conclusões acerca do caso concreto, notadamente as ações dos navios da MB no Golfo da Guiné.

3 O BRASIL NO GOLFO DA GUINÉ

Neste capítulo, apresentaremos as ações realizadas pelos navios de guerra da MB na região do Golfo da Guiné (ANEXO A). Analisaremos inicialmente a estratégia integral brasileira, estabelecida no nível político. Estruturaremos o estudo de forma descendente, partindo de uma visão holística dessa estratégia até as ações realizadas com navios na região em lide. Em outras palavras, este capítulo está estruturado a partir de uma análise que transpassará os níveis político¹⁵ e estratégico¹⁶, para posteriormente analisarmos as ações nos níveis operacional¹⁷ e tático¹⁸.

Na primeira seção, examinaremos as diretrizes relacionadas com o entorno estratégico do Brasil. Nesse escopo, destacaremos a região Atlântico Sul¹⁹ e os países da África Ocidental, abordados em documentos como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Naval, bem como compromissos assumidos junto a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Na segunda seção, analisaremos as ações da MB junto aos Estados do Golfo da Guiné de 2014 a 2019. Mais especificamente, nosso enfoque será nas participações de navios de guerra brasileiros em operações na região. Examinaremos os papéis exercidos pela MB durante os exercícios *Obangame*²⁰ *Express* de 2014 a 2019 e *Grand African NEMO*²¹ em 2019, operações que houve a participação brasileira.

Por fim, na terceira seção iremos expor algumas conclusões parciais acerca do que consta o presente capítulo.

¹⁵ Representado pelo Presidente da República (BRASIL, 2011).

¹⁶ Nível que transforma as condicionantes e as diretrizes políticas em ações estratégicas (BRASIL, 2011).

¹⁷ Nível em que são estabelecidos objetivos operacionais para Forças a partir dos conceitos estratégicos, objetivos e estado final desejado (BRASIL, 2011).

¹⁸ Nível em que se materializa o emprego das Forças Componentes (BRASIL, 2011).

¹⁹ Porção do Oceano Atlântico situada no hemisfério sul. Geopoliticamente, o Atlântico Sul é a área localizada entre a América do Sul e a África, incluindo os países banhados pelo oceano Atlântico nos dois continentes.

²⁰ Termo que significa “união” no dialeto da tribo africana Fang do sul de Camarões.

²¹ *Navy's Exercise for Maritime Operations* – Exercício Naval para Operações Marítimas (tradução nossa).

3.1 A ESTRATÉGIA BRASILEIRA

Para o Brasil, o Atlântico Sul é uma fonte de riquezas decorrentes da exploração de recursos vivos e minerais, incluindo 95% do petróleo e 83% do gás natural produzidos internamente. Além disso, os seus vários terminais portuários, pelos quais passam as rotas de comércio marítimo, tornam a fronteira marítima uma verdadeira “porta” do Brasil para o mundo, englobando 97% dos fluxos de comércio exterior e mais de 90% das vias de comunicação do país. Tais aspectos conferem elevada importância à Amazônia Azul²² (ANDRADE e FRANCO, 2018).

O Atlântico Sul, sob a ótica dos fluxos marítimos, detém uma elevada importância econômica e geopolítica para o Brasil e países limítrofes da África Ocidental. O maior fluxo de mercadorias brasileiras tem como destino a Ásia, o que representou em 2019, 47% do total de exportações²³. Devido a isso, as LCM com origem no Brasil que passam pelo sul da África em direção a portos asiáticos são muito importantes. Conseqüentemente, o nível de preocupação por parte do Brasil em relação à questão de segurança na região do Golfo da Guiné é intensificado.

Apesar das LCM do Atlântico Sul não serem as mais importantes no globo, sua relevância vem crescendo nos últimos anos. Isso ocorre, principalmente, em virtude das descobertas de riquezas minerais no subsolo marinho, com destaque para os países da região do Golfo da Guiné. Ressaltamos que as duas maiores economias dessa região, Nigéria e Angola, detêm uma matriz dependente da exploração de recursos minerais, principalmente petróleo.

²² Área oceânica de 5,7 milhões de km² que compõem as águas jurisdicionais brasileiras, que, segundo a Instrução Normativa nº 1/MB/MD de 2011, compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de duzentas milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além dessa faixa, onde ela ocorrer.

²³ Fonte: <<https://tradingeconomics.com/brazil/exports-by-country>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Em que pese sua importância econômica, o Atlântico Sul também é um espaço fundamental para a projeção marítima e defesa brasileira. O Brasil detém a maior faixa litorânea e é o único país com dimensões continentais²⁴ que é banhado por essa faixa do oceano. Além disso, detém o maior Produto Interno Bruto (PIB) dentre os países limítrofes, superior a todos os Estados do Golfo da Guiné, Argentina e Uruguai somados²⁵. Como consequência, as decisões e a atuação brasileira têm potencial de impactar toda a região.

Dessa forma, as ações e a capacidade de influência do Brasil no Atlântico Sul é um importante mote para o país. Contudo, na legislação brasileira não há um documento que represente uma estratégia integral ampla, como a *National Security Strategy*²⁶ dos Estados Unidos da América (EUA). A falta de um documento desse quilate, que estabeleça os fins gerais a serem alcançados e que inclua os objetivos relacionados com o Atlântico Sul, mitiga a eficiência e o alinhamento das ações pelos diversos segmentos da estrutura estatal brasileira.

Na medida em que não está estabelecido quais são os pilares, interesses e ameaças mais importantes para o Estado brasileiro, as formas de atuação e os recursos utilizados no Atlântico Sul ficam restritos aos setores mais envolvidos, como os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores. Isso pode gerar perdas na coordenação de ações, o que degrada a estratégia e, conseqüentemente, a capacidade de um efetivo *smart power* brasileiro no Atlântico Sul.

A despeito da carência de uma estratégia nacional abrangente no nível político, no nível do Ministério da Defesa, o Brasil detém a PND, que condiciona as ações no âmbito da defesa nacional. A PND estabelece três pilares, desenvolvimento, diplomacia e defesa, a fim de garantir a segurança e a defesa nacionais, além de definir o entorno estratégico para isso.

Sob esses aspectos, a PND fixa como fundamentos que:

²⁴ O Brasil possui um território maior que a Oceania e uma área maior que a Europa descontando a Rússia.

²⁵ Fonte: <<https://tradingeconomics.com/countries>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

²⁶ Estratégia de Segurança Nacional (tradução nossa): documento de nível político elaborado periodicamente pelo governo dos EUA com orientações amplas que descrevem os principais pilares e preocupações de segurança nacional dos EUA e como o governo planeja lidar com elas.

“2.1.5 A Política Nacional de Defesa tem como princípios a solução pacífica das controvérsias, a promoção da paz e da segurança internacionais, o multilateralismo e a integração sul-americana, assim como a projeção do País no concerto das nações e a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais, o que requer permanente esforço de articulação diplomático-militar.

2.1.6 Nesse sentido, sem desconsiderar a esfera global, estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2016^a).

Em que pese ser voltado para a defesa, a PND é um documento ratificado pelo Presidente da República. Tal característica confere à PND uma relevância dentro da estratégia integral brasileira. Sob essa ótica, ressaltamos a inclusão do Atlântico Sul e os países lindeiros da África Ocidental como componentes do entorno estratégico do Brasil. Há uma preocupação brasileira em minimizar a militarização e a consequente possibilidade de conflitos na região, que é alicerçada sobre o princípio da solução pacífica das controvérsias, bem como o mote da promoção da paz e segurança.

A ideia de evitar conflitos no Atlântico Sul remete também à criação da ZOPACAS²⁷. Em sua criação pela ONU, em 1986, a ideia do acordo era se opor a interesses geopolíticos externos decorrentes da Guerra Fria (1947-1989) de modo a evitar a introdução de armamentos nucleares e outros de destruição em massa na região. Não obstante, na última reunião de cúpula da ZOPACAS, em 2013, foi firmado o Plano de Ação de Montevideu, em que consta a busca de soluções para problemas além das armas de destruição em massa. Nesse plano ficou acordado que os Estados visariam também o desenvolvimento econômico sustentável, proteção dos recursos marinhos e a segurança da região. Em relação à segurança, destaca-se o combate a crimes internacionais, tais como pirataria, tráfico de drogas, armas e pessoas, lavagem de dinheiro e outros crimes correlatos (BRASIL, 2013).

A END estabelece as capacidades nacionais de defesa. Dentre elas há a capacidade de proteção²⁸, de onde decorre o objetivo nacional de defesa de “Salvaguardar as

²⁷ Além do Brasil, outros 23 Estados são signatários da ZOPACAS: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

²⁸ A capacidade de proteção do território e da população brasileira exprime o mais relevante objetivo nacional,

pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior”. Dentro desse objetivo há a estratégia de defesa de “Emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa”, na qual estão estabelecidas ações como o incremento do relacionamento com o Setor de Defesa de outros países e das ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia (BRASIL, 2016b).

Observamos que, tanto no Plano de Ação de Montevideu, quanto na END, há elementos que associam o poder militar a ações diplomáticas. Enfatizamos aqui o poder naval, pois tais aspectos nos remete a salvaguarda dos interesses brasileiros no exterior, dos quais destacamos novamente o Atlântico Sul e os países da costa ocidental africana. Especificamente em relação a esses Estados africanos, em que pese a PND inseri-los como parte do entorno estratégico, a END não fixa ações estratégicas explícitas junto a África.

Contudo, ao estabelecer como estratégia de defesa a promoção da cooperação internacional²⁹, a END determina que sejam intensificados os intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países, bem a realização de operações internacionais e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa (BRASIL, 2016b).

Fazendo uma análise sob o ponto de vista do poder naval, a END, ao estabelecer o intercâmbio militar com outros Estados, nos remete aos países limítrofes ao Atlântico Sul. Apesar de a END utilizar o termo internacional de forma genérica para a cooperação, destacamos que os países do entorno estratégico detêm certa prevalência em virtude de sua localização. Mais especificamente, destacamos os Estados africanos banhados pelo Atlântico, que em sua maioria estão na região do Golfo da Guiné, objeto deste estudo. Adicionalmente, constatamos também que a END, ao promover a cooperação internacional está alinhada com

o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Além disso, considera os interesses brasileiros no exterior, com o propósito de assegurar a observância dos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos, o cumprimento de acordos internacionais, de modo a zelar também pelo patrimônio, pelos ativos econômicos e pelos recursos nacionais existentes fora do Brasil (BRASIL, 2016b).

²⁹ Promoção da cooperação internacional: atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação (BRASIL, 2016b).

o comprometimento do Brasil junto a ZOPACAS.

Portanto, concluímos que a MB é o componente militar adequado para ser o instrumento para a cooperação, visando incremento da segurança no Atlântico Sul e junto aos países limítrofes da África. Ainda nesse aspecto, lembramos que os navios de guerra brasileiros detêm a capacidade de atuar tanto militarmente, quanto diplomaticamente.

A END estabelece ainda que o Setor de Defesa deverá estimular, no seu âmbito de atuação, o desenvolvimento das potencialidades industriais, a fim de proporcionar condições de aumentar a competitividade da Base Industrial de Defesa do Brasil (BID)³⁰. Isso deve ser buscado, especialmente, com relação ao mercado externo, de modo a incrementar escalas de produção e, dessa forma, promover maior regularidade às demandas de produtos. Nesse escopo, a busca por novos mercados é um dos maiores desafios para a BID e fator relevante para o seu desenvolvimento e sustentação. A atuação do Estado constitui importante agente facilitador, na medida em que a política externa praticada pelo Brasil tende a proporcionar maior confiança aos potenciais compradores (BRASIL, 2016b).

Nesse aspecto, observamos que a END insere os segmentos diplomático e militar como instrumentos para desenvolvimento econômico do Estado brasileiro. A busca pela concretização de objetivos que estão além dos anseios dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores reflete uma característica de uma estratégia integral. Verificamos aqui demandas da servitude econômica, notadamente a ampliação da BID, em que pese haver interesses das próprias Forças Armadas para que isso ocorra.

Em relação à integração entre diplomacia, defesa e economia, devemos verificar como isso é processado no âmbito da MB, pois, em virtude de suas características, com

³⁰ Conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzem pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos de defesa (BRASIL, 2016b).

destaque para a permanência³¹ e mobilidade³², é a força armada brasileira adequada e mais familiarizada com a região em lide, o Atlântico Sul e a sua costa africana.

Nesse escopo, a MB tem um papel mais abrangente que a defesa da sua costa e proteção das riquezas em suas águas, o que a inclui como um importante instrumento do Brasil dentro de uma estratégia mais ampla, destacando o viés diplomático, conforme descrito em sua missão:

"Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa" (BRASIL, 2019).

Destacamos o trecho que preconiza que a MB deve “preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para (...) o apoio à Política Externa”. Nesse contexto, a MB poderá ser demandada a colaborar com outros Estados. Um bom exemplo é a cooperação decorrente do interesse comum em relação à proteção marítima do Atlântico Sul, um importante fator para manter o entorno livre de perturbações internacionais e de ameaças irregulares. Em suma, o apoio à Política Externa é uma importante tarefa em que a MB atende a estratégia integral sob a ótica da servitude diplomática.

Assim, a própria missão reflete a necessidade de ações coordenadas que não decorrem de exigências da própria MB ou de demandas militares. Nesse contexto, a diplomacia naval brasileira é o vetor empregado para apoio ao Ministério das Relações Exteriores de modo a obter os fins políticos internacionais estabelecidos pelo Estado brasileiro.

A Política Naval do Brasil menciona que as forças navais brasileiras devem estar aptas a atuarem em consonância com a magnitude político-estratégica e econômica do Brasil no cenário internacional. No que diz respeito ao aspecto econômico, atribui importância às

³¹ Capacidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões (BRASIL, 2017a).

³² Capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato (BRASIL, 2017a).

LCM e ao relacionamento com os países detentores de maiores competências tecnológicas, buscando o estreitamento de relações, visando incrementar sua capacidade de Defesa (BRASIL, 2019).

Em outras palavras, a MB, além de apoiar economicamente ao Brasil para a proteção do tráfego marítimo da região do Atlântico Sul, procura desenvolver a capacidade científico-tecnológica do país. Isso ocorre na medida em que tenta reduzir a dependência do exterior na construção e manutenção dos meios e sistemas militares. No âmbito da MB, isso se dá a partir dos seus programas estratégicos³³, que proporciona a capacitação de empresas brasileiras. Tal medida contribui para que o Brasil possa deter uma capacidade industrial no segmento militar capaz de competir com outros Estados.

Concluimos que, com o desenvolvimento da indústria naval brasileira, haverá maiores possibilidades de fornecer artigos para o exterior. Nesse aspecto, a MB pode apoiar a economia nacional ao associar uma diplomacia naval econômica à cooperação militar junto a marinhas amigas e órgãos de segurança dos Estados vizinhos e limítrofes ao Atlântico Sul como postura estratégica a ser adotada.

Por fim, destacamos novamente a região do Golfo da Guiné, objeto deste trabalho e que possui diversos problemas relativos a segurança marítima, os quais causam efeitos que atingem interesses globais e locais. O Brasil, em decorrência de sua estratégia, utiliza a MB como instrumento militar mais avançado em apoio aos Estados africanos, a fim de mitigar os problemas de segurança da região. Para tal, são enviados navios para participar de operações como a *Obangame Express* e *Grand African NEMO*, que serão analisados na seção a seguir.

³³ Os principais programas estratégicos da MB são o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Programa Nuclear da Marinha (PNM), o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, onde consta as Fragatas Classe Tamandaré (FCT), e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ).

3.2 DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ

Nesta seção, apresentaremos as participações brasileiras com navios da MB nos exercícios *Obangame Express* de 2014 a 2019 e a *Grand African NEMO* em 2019. Inicialmente, trataremos do papel dos navios brasileiros face os problemas na região do Golfo da Guiné. Posteriormente, verificaremos quais cidades foram visitadas, assim os como exercícios executados. A partir de dados compilados, poderemos analisar a quantidade de visitas por país, bem como quais marinhas operaram mais vezes com a MB durante os exercícios em lide (APÊNDICES A e B).

Diversos elementos relativos a essas participações serão abordados, a fim de consolidar o alicerce para, posteriormente, verificarmos em quais aspectos as ações de navios da MB influenciaram os países da região e suas marinhas sob a ótica da diplomacia naval.

3.2.1 Os navios da MB no Golfo da Guiné

O Brasil, com o envio de navios para o Golfo da Guiné, promove o incremento da interoperabilidade com as Marinhas da região. Ademais, fornece oportunidade a marinheiros africanos de desenvolver suas habilidades no mar e a experiência operacional, ao mesmo tempo em que demonstra apoio e compromisso com o aprimoramento da segurança marítima na África. Durante os exercícios, os militares africanos podem embarcar e integrar à tripulação, realizando operações no mar, que variam desde exercícios conjuntos até treinamento para abordagem com ação de visita e inspeção de navios. Adicionalmente, durante as visitas aos portos, a MB aprimora, por meio de seus navios e tripulações, os esforços diplomáticos com os Estados da região, incluindo visitas de autoridades locais. Além disso, há oportunidade para as tripulações conhecerem os habitantes locais e terem contato com a cultura local.

A cooperação internacional é um aspecto essencial e crítico para enfrentar as

dificuldades relativas a segurança marítima no Golfo da Guiné. A falta de meios navais e preparo dos Estados da região, combinadas com riquezas naturais abundantes e possibilidades de ganho econômico por meio de atividades criminosas, tornam o Golfo da Guiné um foco para atividades marítimas ilícitas, com destaque para pirataria, sequestro, tráfico de armas, tráfico de drogas e pesca ilegal.

No litoral da região estão localizados dezoito Estados muito próximos, inclusive com algumas disputas de fronteiras marítimas³⁴. A ocorrência de atividades ilícitas nas águas de um país afeta facilmente os vizinhos. Todos esses aspectos, combinados com a natureza multinacional do comércio, tornam primordial o preparo das Marinhas locais face às ameaças mencionadas. Devido aos fatores citados, há também a necessidade de uma ação integrada entre os Estados da região.

No caso do apoio prestado pelo Brasil, ressalta-se a Lei nº 2.953/1956, que fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior que, em seu art. 1º, dispõe:

“A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional” (BRASIL, 1956).

Dessa forma, concluímos que, para que a MB envie um navio com o propósito de efetivamente operar contra grupos armados em prol da segurança em águas jurisdicionais de algum Estado no Golfo da Guiné, é necessário que seja submetido ao Congresso Nacional. Suplementarmente, mencionamos que há também a necessidade de autorização por parte do Estado costeiro. Contudo, não há restrição legal para que a MB participe de treinamentos bilaterais ou de exercícios navais combinados, como os que tem realizado e que serão expostos nas próximas subseções.

³⁴ Disputas entre Costa do Marfim e Gana e entre Togo e Gana. Maiores informações disponíveis em: <<http://pt.oedigital.com/news/linhas-fronteira-%C3%A1frica-atrasam-projetos-exterior-288168>> Acesso em 07 jul. 2020.

3.2.2 *Obangame Express* (2014 a 2019)

O *Obangame Express* é um exercício multinacional, organizado anualmente pelo *US Africa Command*³⁵ e visa o fortalecimento da segurança, o aumento da cooperação marítima, o compartilhamento de informações e, mais diretamente, a capacitação os militares dos países da costa oeste da África na condução de ações contra atividades ilícitas praticadas no Golfo da Guiné. O *US Africa Command* é responsável por todas as operações militares dos EUA, exercícios e cooperação de segurança em 53 países africanos. Sua missão é combater as ameaças transnacionais e os agentes maléficos, fortalecer as forças de segurança e responder as crises para promover os interesses nacionais dos EUA e promover a segurança, estabilidade e prosperidade regionais (EUA, 2018).

Para se ter ideia da dimensão do *Obangame Express*, em 2019, o exercício contou com a participação de 33 países do Golfo da Guiné, África Ocidental, Europa e América do Norte, além do Brasil. Incluiu mais de 2.500 homens, 95 navios e 12 aeronaves. Mais de 80 cenários foram trabalhados nas cinco áreas marítimas que constam na arquitetura do Código de Conduta de Iaundê³⁶ para segurança e proteção marítima (ANEXO C), utilizando sete centros nacionais de comando militar e 19 centros de operações marítimas (MIKHAIL, 2019).

Examinaremos a participação da MB nas *Obangame Express* entre 2014 e 2019. Em todas essas edições a MB enviou um dos seus Navios-Patrolha Oceânico (NPaOc) classe “Amazonas”³⁷ com instrutores a bordo, que realizaram diversas atividades conforme descrito a seguir.

³⁵ Comando dos EUA na África (tradução nossa).

³⁶ Documento assinado em 2013, na cidade camaronesa de Iaundê, com o propósito de estabelecer cooperação entre os Estados africanos signatários para a repressão ao crime organizado transnacional no mar, terrorismo marítimo, pesca ilegal e outras atividades ilegais. Os signatários do código são: Angola, Benim, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Chade, República do Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo.

³⁷ A MB possui três navios desta classe, construídos pela empresa BAE Systems Maritime - Naval Ships do Reino Unido (P-120 "Amazonas"; P121 - "Apa"; e P122 - "Araguari"). Eles foram incorporados à MB entre 2012 e 2013.

Em 2014, a MB participou pela primeira vez do *Obangame Express* com o NPaOc “Apa”. O navio recebeu a bordo militares da Marinha de Guerra Angolana (MGA) em Luanda (Angola). Eles realizaram treinamentos a bordo sobre abordagem a navios, conduzidos por instrutores de ação de visita e inspeção de navios em patrulha naval (PATNAV)³⁸ do Centro de Adestramento Almirante Marquês de Leão (CAAML)³⁹, além de treinamentos de primeiros socorros. Os angolanos tiveram a oportunidade de realizar abordagem na fragata portuguesa “Bartolomeu Dias” e serem avaliados pela equipe portuguesa, enquanto militares de São Tomé e Príncipe (STP), que estavam a bordo do navio português, foram avaliados a bordo do “Apa”.

Durante a comissão, foram visitadas as cidades de Luanda, Douala (Camarões) e São Tomé (STP). Nas três cidades ocorreram visitas protocolares a autoridades civis e militares locais, com destaque para o encontro com o Ministro da Defesa Nacional de STP. Ressalta-se que, dos navios presentes em Douala, o “Apa” foi o que mais chamou a atenção. Isso ocorreu por ser um navio novo, com um projeto moderno e muito funcional. Ele foi visitado por oficiais e praças portugueses e belgas, dois navios europeus com que operou, sempre recebendo muitos elogios (VIEIRA, 2014).

Na edição de 2015, o NPaOc “Amazonas” foi o representante brasileiro no *Obangame Express*. A comissão durou 42 dias e o navio operou com as marinhas de Portugal, Angola e República Democrática do Congo (RDC). Novamente, estava a bordo um grupo de abordagem, composto por militares angolanos, recebendo adestramento pelos instrutores do CAAML. Foram realizados exercícios em que o “Amazonas” recebeu equipes da MGA e da Marinha da RDC. Os portos de Luanda, Walvis Bay (Namíbia) e Cidade do Cabo (África do

³⁸ Atividade de emprego limitado da força conduzida por meios navais e tem como efeito desejado a implementação e a fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos, em AJB e no alto-mar, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil” (BRASIL, 2017a).

³⁹ .O CAAML é a organização militar orientadora técnica de responsabilidade na área de conhecimento relativa a PATNAV na MB. O Centro tem como atividade principal adestrar o pessoal que guarnece os navios da esquadra brasileira.

Sul) foram visitados (SOARES, 2015).

Em 2016, a bordo no NPaOc “Araguari”, os adestramentos também envolveram militares da Angola e da RDC por ocasião da *Obangame Express* daquele ano. O único porto africano visitado na comissão foi o de Luanda.

No período atracado foi realizado uma exposição sobre a Base de Indústria de Defesa Brasileira, organizado pela Embaixada do Brasil. O comandante do navio ministrou uma palestra sobre “Produtos da Indústria Naval Brasileira” em apoio à Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON)⁴⁰. O objetivo foi mostrar os produtos da indústria naval de defesa do Brasil para os militares do alto escalão da Marinha de Guerra de Angola e representantes de empresas ligadas à defesa. Houve também uma apresentação da empresa brasileira EMBRAER de sua aeronave “EMBRAER C-390”, além de produtos voltados para Comando e Controle. (BRASIL, 2016c)

Adicionalmente, a MB apoiou o Centro de Operações Marítimas, com sede na Base Naval de Luanda. Foi utilizado Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), na sua versão IV, sob gerência do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM)⁴¹ da MB durante execução dos exercícios da *Obangame Express* 2016.

Em 2017, o NPaOc “Apa” operou com navios da Angola, República do Congo (RC), Namíbia, Senegal, Camarões, Gana e França. Os militares angolanos e congolenses realizaram treinamento a bordo do navio brasileiro sob a avaliação da equipe do CAAML e do Grupo de Mergulhadores de Combate (GRUMEC) da MB. Nessa edição, foram visitadas cinco cidades, Luanda, São Tomé, Douala, Dacar (Senegal) e Acra (Gana).

Foi nessa edição que a MB, pela primeira vez, desempenhou a função de comando

⁴⁰ EMGEPRON: empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio da MB. Ela atua na gerência de projetos, contratada pela MB, e também na comercialização de produtos e serviços disponibilizados pelo setor naval da indústria da defesa nacional.

⁴¹ Atual Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR).

do grupo de controle do exercício, liderando a condução das atividades do exercício na área de operações “A” (ANEXO C). Isso ocorreu a partir do Centro de Operações Marítimas em Luanda, onde foram coordenados os eventos do exercício que ocorrerão dentro dessa área, que engloba Angola, RDC e RC (BARRETO, 2019).

Em 2018, a MB enviou o NPaOc “Amazonas”. Durante a comissão foram visitados os portos de Luanda, São Tomé e Walvis Bay. O “Amazonas” teve oportunidade de operar com navios da Namíbia e Portugal. Além disso, a MB realizou treinamento e avaliação dos militares de Angola, da RDC, da RC e de STP em relação aos procedimentos de abordagem a navios. A MB levou um total de 109 militares para o exercício e, novamente, ficou responsável pela área de operações “A”, com três oficiais que atuaram no Centro de Operações Marítimas em Angola (MOURY, 2018).

Na edição de 2019, o NPaOc “Araguari” voltou a representar a MB no exercício. No decorrer da comissão foram realizadas visitas operativas aos portos de Mindelo (Cabo Verde), Abidjã (Costa do Marfim), São Tomé e Luanda. Foram realizados adestramentos de abordagem para militares de Cabo Verde, Angola e STP, notadamente todos lusófonos. Nessa edição, a MB novamente liderou atividades realizadas na área de operações “A”.

3.2.3 *Grand African* NEMO (2019)

O *Grand African* NEMO é um exercício que a Marinha Francesa organiza para treinar as marinhas e os centros de coordenação marítima do Golfo da Guiné. Com duração de cerca de 10 dias, também tem por propósito o adestramento dessas marinhas para o enfrentamento à insegurança marítima da região. Isso ocorre por meio da criação de cenários próximos da realidade, segundo os quais os navios não africanos desempenham um papel figurativo simulando atividades ilícitas como ações de repressão à pesca ilegal, combate à poluição no mar, à pirataria e ao terrorismo marítimo, além da assistência a navios em

situação de perigo. Assim, há um aumento da interoperabilidade e dos laços de cooperação entre as marinhas de diversos países do continente americano, africano e europeu (FRANÇA, 2017).

Na edição de 2019, a MB participou pela primeira vez com um navio. O NPaOc “Apa” realizou diversos exercícios com marinhas situadas mais ao norte do Golfo da Guiné, o que pouco ocorreu nas edições das *Obangame Express*. Na ocasião, o “Apa” operou na área de operações “G” (ANEXO C) e pode contribuir para o desenvolvimento dessas marinhas, no caso as do Senegal e de Cabo Verde. Foram realizadas visitas operativas aos portos de Mindelo e Dacar.

3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo, verificamos as atividades realizadas pelos navios da MB nos exercícios *Obangame Express* de 2014 a 2019 e *Grand African NEMO* de 2019. Levamos em consideração que a região do Golfo da Guiné há problemas de segurança relevantes que podem expandir para o nosso entorno estratégico e tomamos como ponto de partida alguns documentos que compõe a estratégia nacional brasileira, destacando a PND e a END.

Por fim, concluímos que a MB procura exercer adequadamente seu papel na região. Observamos que isso ocorreu principalmente junto a Estados da área de operações “A” da arquitetura de Iaundê, com destaque para os lusófonos, principalmente Angola.

Observaremos no próximo capítulo até que ponto a presença da MB contribuiu para influenciar os Estados da região. Isso será realizado estabelecendo possíveis relações com demandas das estratégias diplomáticas e econômicas, além da óbvia contribuição no quesito de segurança marítima.

4 A INFLUÊNCIA BRASILEIRA

Segundo Nye Junior (2004), o Brasil projeta uma certa atração em virtude de seu *soft power*, tanto por sua cultura vibrante quanto por sua promessa no futuro. Mesmo que não tenham os recursos de poder similar a Estados considerados mais poderosos, países como Brasil podem representar ameaças maiores do que seu poderio econômico ou militar podem aparentar.

A cultura brasileira é muito atrativa. Isso acontece devido a se tratar de uma cultura receptiva e alegre. Elementos como futebol e carnaval são universais e atraem pessoas no mundo inteiro. Contudo, é natural que o Brasil detenha laços mais fortes com Estados sul-americanos e com os que falam português, como Angola, STP e Cabo Verde.

A despeito desses aspectos poderem contribuir em determinadas situações específicas, seus efeitos são difíceis de mensurar e atuam apenas como pano de fundo de uma realidade mais complexa. Em outras palavras, esses elementos, que fortalecem o *soft power* brasileiro, de fato não são suficientes. Para alcançar resultados almejados, há a necessidade de inserir os elementos de *hard power* como instrumentos associados.

Em virtude do que foi mencionado, verificamos que a implementação de uma estratégia integral é necessária. Nesse escopo, estudamos como Brasil aplicou suas forças navais na região do Golfo da Guiné. Analisamos o tema a partir da estratégia brasileira, transpassando sobre como o Brasil orienta sua estratégia naval até a sua efetiva implementação entre 2014 e 2019. Apesar de o foco, ao usar navios da MB, ter sido o incremento da segurança na região e a capacitação dos militares africanos, vimos que a presença de navios no estrangeiro traz consigo outros aspectos. Tratam-se de elementos que podem influenciar outros Estados, notadamente os decorrentes da diplomacia naval, que abarca outros efeitos, além do militar.

A forma de atuação da MB, no seu espectro de atuação que pode variar do *soft* ao

hard power, teve por característica o emprego da influência ao invés da coerção. Nesse sentido, apresentaremos, neste capítulo, conclusões acerca de como e quanto a presença de navios da MB contribuíram para o Brasil exercer influência nos Estados africanos que visitou e operou, traçando um paralelo com os tipos de diplomacia naval apresentados no capítulo 2.

Na primeira seção, discorreremos sobre a influência simbólica e diplomática que estão afetas as diplomacias navais de rotina e simbólica. Na segunda seção, verificaremos aspectos referentes ao incremento da segurança marítima das marinhas com que a MB operou, estabelecendo relação com a diplomacia naval de defesa. Na terceira seção, trataremos dos aspectos relacionados com a diplomacia naval econômica. Na quarta e última seção apresentaremos algumas conclusões parciais acerca do que será apresentado no presente capítulo.

4.1 INFLUÊNCIA SIMBÓLICA E DIPLOMÁTICA

Tendo em vista o propósito deste trabalho, as influências simbólica e diplomática exercidas pelo Brasil são as mais difíceis de mensurar. Isso ocorre justamente por estarem mais próximas do *soft power*. Nesta seção, faremos a correlação das ações implementadas pelo Brasil com as diplomacias naval simbólica e de rotina. Assim, verificaremos se há aspectos que evidenciem que a presença de navios da MB influenciou o comportamento político dos Estados da região do Golfo da Guiné.

O Brasil defende valores considerados universais, na medida em que tem como princípios a solução pacífica das controvérsias, a promoção da paz e da segurança internacional. Esses elementos, por si só, já incrementam a capacidade de influência brasileira em termos de *soft power*.

Em relação a seu poder naval, a MB busca manter uma força balanceada de modo atuar em seu entorno estratégico, tanto na defesa dos princípios mencionados, quanto em

consonância com a importância político-estratégica e econômica do Brasil no Atlântico Sul. A capacidade da MB é bem maior que as marinhas de Estados do Golfo da Guiné. O fato do Brasil não ser um Estado de fora do Atlântico Sul confere uma legitimidade maior a suas ações. Esses aspectos colocam o Brasil como o ator local mais relevante quando o tema é a segurança marítima.

Face o exposto, é natural que os africanos enxerguem a MB como uma grande marinha. A presença dos NPaOC classe “Amazonas” nas *Obangame Express* e *Grand African NEMO*, um navio moderno e altamente capacitado, serviu também para a concretização dessa percepção que os africanos poderiam já ter. Suplementarmente, a forma cordial com que os africanos são recebidos pelos brasileiros é mais um elemento que contribui para incrementar a admiração em relação ao Brasil e sua força naval (APÊNDICE C).

Em que pese a importância do uso dos navios da MB em apoio a política externa, o papel que a cooperação em segurança marítima pode desempenhar em prol dos objetivos estratégicos diplomáticos têm sido de relevância secundária. Durante a pesquisa, depreendemos que há poucas evidências para apoiar a crença de que o engajamento ou cooperação entre a MB e as marinhas africanas afetam significativamente o comportamento político ou diplomático dessas nações em relação ao Brasil.

Contudo, o ativo adquirido pelo Brasil ao atuar em águas do Golfo da Guiné junto às nações africanas, em termos de *soft power*, é algo que não pode ser negligenciado. Os laços fortalecidos por meio da cooperação contribuem para a construção e manutenção de coalizões e parcerias bilaterais, fundamentais para alcançar objetivos diplomáticos futuros. Além disso, a percepção que cada um desses Estados detém em relação ao Brasil pode ser decisiva em favor da estratégia nacional brasileira. Concluímos, ainda, que a presença da MB confere substância ao *smart power*, contribuindo para o aprimoramento de uma estratégia inteligente brasileira. Assim, o Brasil se posiciona diplomaticamente como o grande país do Atlântico

Sul perante não apenas aos Estados africanos, mas a todo o mundo.

4.2 INCREMENTO DA SEGURANÇA

Nesta seção, correlacionaremos a participação de navios da MB em exercícios no Golfo da Guiné com aspectos e dados que demonstrem o quanto a presença brasileira contribuiu para a capacitação das marinhas locais.

É no âmbito da segurança marítima que encontramos os resultados mais diretos provenientes dos treinamentos e da presença dos navios da MB no Golfo da Guiné. Como vimos, a *Obangame Express* e a *Grand African NEMO* tem por propósito o incremento dessa segurança a partir do treinamento prestado aos africanos por marinhas de Estados-membros da OTAN, além da própria MB. Em tese, o Brasil, comparando com os membros da OTAN, detém maiores interesses geopolíticos na segurança da região. Tal conclusão decorre do fato de o Atlântico Sul ser um espaço primordial para a projeção marítima e defesa brasileira.

Ao analisar a quantidade de vezes que a MB operou com cada marinha africana, bem como os portos visitados (APÊNDICES A e B) e tendo em vista que nas *Obangame Express* os NPaOc operaram na área de operações “A”, verificamos que há uma aproximação maior aos Estados que se localizam mais ao sul do Golfo da Guiné. Isso ocorreu notadamente junto aos de língua portuguesa, Angola e STP. Adicionalmente, em 2019, observou-se uma interação maior com Cabo Verde, que operou com os navios brasileiros em duas oportunidades.

No que diz respeito a esses países lusófonos, a língua tem facilitado a atuação dos instrutores brasileiros, o que melhora a qualidade dos treinamentos comparando com marinhas que não falam português. A evolução nos procedimentos de abordagem por parte dos militares angolanos e são-tomenses tem sido percebida a cada ano, desde quando a MB começou a participar dos exercícios na região (APÊNDICE C).

Apesar disso, não foi observado um incremento significativo relacionado a aquisição de material de emprego militar por parte dessas marinhas. O fato de não haver disponibilidade adequada de recursos para aquisição de meios navais e armamentos nos leva a crer que não haja uma prioridade política. Depreendemos que um dos motivos seja a falta de uma mentalidade voltada para segurança marítima por parte dos políticos locais.

Ao analisarmos dados referentes a pirataria e roubo armado na área mais ao sul, que é onde a MB tem atuado, percebemos que os números têm se mantido baixos, apesar de alguns incidentes na área marítima da RC em 2018 (ANEXO B). Tal fato ganha mais relevância na medida em que há tendência de aumento recente, principalmente nos anos de 2018 e 2019.

Ressaltamos que, nos exercícios em lide, os navios da MB não operaram com a Marinha da Nigéria, que detém a economia e a marinha mais forte dentre os Estados do Golfo da Guiné. Somado a isso, a costa nigeriana tem sido um epicentro, no qual atuam os grupos armados do Delta do Níger, que têm sido cada vez mais eficazes. Fato é que tais grupos são os principais responsáveis pela desestabilização das águas da região.

Por fim, verificamos que, a despeito de a MB ter contribuído para capacitação de algumas marinhas africanas, esse incremento vem sendo realizado apenas em zonas periféricas do Golfo da Guiné. Levando em consideração o epicentro citado e o fato de a MB não operar diretamente, apenas em treinamentos, concluímos que o Brasil exerce um papel bem-sucedido de contenção indireta em oposição ao problema de segurança marítima da região.

4.3 INFLUÊNCIA ECONÔMICA

Em relação ao aspecto econômico, analisaremos os aspectos relativos a presença naval do Brasil no Golfo da Guiné associados aos dados referentes às relações econômicas do

Brasil com os Estados da região entre 2014 e 2019. Nesse escopo, abordaremos também as relações comerciais envolvendo equipamentos militares.

O Brasil tem buscado ampliar a BID de diversas formas. Verificamos que a mais efetiva tem sido a partir da criação de demanda interna como forma de desenvolver as Forças Armadas próprias e capacitar as empresas do setor ao mesmo tempo. Adicionalmente, em relação a demanda externa, as principais encomendas recebidas pela indústria militar nacional no período foram relativas a aeronaves produzidas pela EMBRAER, com destaque para o modelo EMB-314, o Super Tucano (ANEXO E).

Os NPaOc brasileiros, durante as operações em estudo, visitaram nove cidades em nove países diferentes. Esses navios deixaram uma impressão positiva durante os exercícios (APÊNDICE C). A indústria militar-naval brasileira poderia colher frutos dessas visitas, utilizando o próprio navio como propaganda, contudo o projeto do navio é do Reino Unido. O Brasil está passando por um processo de retomada dessa indústria. Desde 2014, com a crise político-econômica brasileira, empresas do setor naval sofreram um grande impacto. A implementação dos programas estratégicos da MB, principalmente o PROSUB e o programa de construção das FCT, é um fator que contribui para essa retomada.

Não obstante, vimos que, por ocasião da *Obangame Express 2016*, foi realizada uma exposição em Luanda sobre a BID em que foram apresentados produtos das indústrias militar-naval e aérea. No entanto, não houve encomendas de navios ao Brasil oriundas de países do Golfo da Guiné entre 2014 e 2019, destoando de outros Estados, dos quais destacamos a França (ANEXO F). A única encomenda significativa de equipamentos militares brasileiros por Estados da região foi um pacote de 12 aeronaves Super-Tucano da EMBRAER pela Nigéria em 2018 (ANEXO D).

Indo além, não foram observados também aumentos significativos nas relações comerciais totais do Brasil com os países da região. De fato, há uma relativa

incompatibilidade entre o Brasil e esses países. Isso ocorre na medida em que a maior parte da matriz brasileira de exportação é composta por commodities, enquanto a maior parte das importações africanas são de manufaturados. Isso sem mencionar a queda da economia brasileira, fruto da crise de 2014, que por si só prejudicou essa relação.

Assim, verificamos que a presença dos navios brasileiros pouco influenciou as relações econômicas do Brasil com os países do Golfo da Guiné. Tal fato ocorre em virtude da necessidade de desenvolvimento da BID, principalmente em sua vertente naval. Concluimos que a diplomacia naval brasileira poderia ser efetiva sob o aspecto econômico se sua indústria militar naval fosse forte o bastante para, além de dotar a MB adequadamente, ter a capacidade para exportar meios e armamentos navais produzidos por empresas brasileiras.

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Com as evidências analisadas no decorrer deste capítulo, pudemos verificar o quanto a presença de navios da MB pode contribuir para que o Brasil exercesse sua diplomacia naval junto aos Estados do Golfo da Guiné. Foram analisados aspectos diplomáticos, militares e econômicos em que os resultados esperados poderiam ser atingidos ou, pelo menos, facilitados pela presença naval brasileira na região.

É inegável que a MB cumpre o seu papel na medida em que há um incremento em termos de segurança marítima junto aos países com que atuou. Tal fato atende a aspectos estabelecidos na PND tendo em vista que contribui para o permanente esforço diplomático-militar no entorno estratégico, especificamente na costa ocidental africana.

Por outro lado, vimos que os resultados diplomáticos e econômicos não foram palpáveis. Em que pese a presença naval brasileira não ter sido determinante nessas vertentes, depreendemos que há aspectos que podem ser determinantes. Economicamente, com o desenvolvimento da BID, a MB poderá exercer uma influência mais forte nas relações

comerciais junto aos países da região. Diplomáticamente, o Brasil não se omitiu diante dos desafios relacionados a segurança marítima e se posicionou como maior país do Atlântico Sul.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos relacionar as atividades realizadas pelos navios da MB no Golfo da Guiné e a influência do Brasil nos Estados da região. Tomamos por base os exercícios em que houve participação de navios da MB, a saber as *Obangame Express*, de 2014 a 2019, e *Grand African NEMO* 2019.

As pesquisas foram inicialmente motivadas pelo fato de o Brasil ser conhecido por deter um notável *soft power* por sua cultura alegre e vibrante. Ao estudar mais a fundo esse conceito concluímos que, para obter resultados esperados, um Estado deve adotar uma estratégia inteligente, incluindo os elementos de *hard power*. Chegamos então ao conceito de *smart power* e o associamos ao conceito de estratégia integral do General Lucien Poirier. Em decorrência, estudamos como as diversas estratégias que compõe essa estratégia integral interagem entre si por meio das servitudes. Assim, alcançamos a diplomacia naval, onde a estratégia naval serve a outras estratégias. Nesse ponto limitamos nosso estudo às subcategorias componentes da diplomacia naval permanente, de acordo com a tipologia de Coteau-Bégarie.

Posteriormente, estudamos como está traçada a estratégia brasileira em vista do seu entorno estratégico, no qual o Golfo da Guiné está incluído. Verificamos os documentos que a compõe de modo a estabelecer uma ligação entre o que está prescrito e como a MB contribuiu para essa estratégia nacional, expondo como se deu a participação dos NPaOc, tanto nos exercícios em que participou, quanto em atividades desenvolvidas nos portos.

Em seguida, estabelecemos três pontos de vista para relacionar os dois objetos deste estudo: as ações da MB no Golfo da Guiné durante os exercícios e os resultados obtidos pelo Brasil junto aos Estados da região.

No primeiro, foram buscadas evidências da ocorrência de influência no campo simbólico e diplomático. Não foram encontrados fatos notórios de que a presença naval

brasileira tenha contribuído para alterar o comportamento político dos Estados. Todavia, é inegável que as atividades dos navios da MB no Golfo da Guiné trazem consigo uma carga simbólica que contribui para que o Brasil se estabeleça diplomaticamente como o grande Estado do Atlântico Sul.

Na sequência, analisamos dados relativos à contribuição da MB para o incremento da segurança marítima na região. Verificamos que houve uma melhora na capacitação de militares, principalmente os oriundos de países lusófonos. No entanto, tal fato não refletiu em um avanço em termos de aquisição de meios navais e armamento por essas marinhas. Constatamos que a contribuição para o incremento da segurança transcorreu em áreas periféricas do Golfo da Guiné, exercendo uma espécie de contenção em relação ao epicentro da violência, que fica na costa da Nigéria.

Por último, estudamos os elementos que pudessem evidenciar a influência sob o ponto de vista econômico. Concluimos que a presença dos navios brasileiros pouco influenciou as relações econômicas do Brasil com os países do Golfo da Guiné e que tal aspecto pode ser alterado caso ocorra o desenvolvimento da BID, principalmente em sua vertente naval.

Após apresentar os dados e análises, finalmente podemos responder às questões desta pesquisa. As ações da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné tiveram aderência ao conceito de *smart power* a partir de uma estratégia integral que emprega a diplomacia naval? Qual foi a relação entre os exercícios *Obangame Express*, de 2014 a 2019, e *Grand African NEMO 2019* e os resultados obtidos pelo Brasil no período, tendo por base os aspectos estabelecidos na estratégia nacional brasileira e o conceito de diplomacia naval permanente estabelecido por Coteau-Bégarie?

Tendo em vista tudo o que foi apresentado, concluimos que o Brasil adotou uma estratégia inteligente ao empregar suas forças navais na região de modo a atender às

servitudes de outras estratégias. Assim, afirmamos que as ações da MB no Golfo da Guiné tiveram aderência ao conceito de *smart power* a partir de uma estratégia integral que emprega a diplomacia naval.

Em relação à questão secundária, concluímos que a presença da MB contribuiu para a melhora da capacidade de segurança marítima dos países do Golfo da Guiné, principalmente Angola e STP, mas não houve uma significativa influência sob a perspectiva de resultados econômicos. Em termos simbólicos e diplomáticos, os laços com os países da região ficaram mais fortalecidos em termos de *soft power*. Isso posto, concluímos que o Brasil se posiciona como o grande país do Atlântico Sul, em que pese a presença da MB ter pouco influenciado o comportamento político ou diplomático dessas nações.

Por fim, apontamos que poderia ser interessante, como futura linha de pesquisa, realizar um estudo comparativo sobre a diplomacia naval exercida por marinhas que operam no Golfo da Guiné, principalmente a estadunidense e a francesa.

REFERÊNCIAS

ADF STAFF. *An Architecture of Trust*. Africa Defense Forum, 2020. Disponível em: <<https://adf-magazine.com/2020/03/an-architecture-of-trust/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

ANDRADE, Israel de Oliveira; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. *A Amazônia Azul como fronteira marítima do Brasil: importância estratégica e imperativos para a defesa nacional*. Rio de Janeiro, Ipea, 2018.

BARRETO, Andréa. *Brazilian Navy Participates in Training to Counter Crimes at Sea on the African Coast*. Diálogo, 2019. Disponível em: <<https://diálogo-americas.com/articles/brazilian-navy-participates-in-training-to-counter-crimes-at-sea-on-the-african-coast/>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

BRASIL. Comando do 3º Distrito Naval. *Navio Patrulha Oceânico “Araguari” participa de missão na África*, 2016c. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/com3dn/node/524>> Acesso em 03 jun. 2020.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina Militar Naval* (1ª rev.), 2017a.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-135. *Manual de Direito Internacional Aplicado às Operações Navais* (2ª rev.), 2017b.

_____. Marinha do Brasil. *Política Naval*, 2019. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/politicanaval>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *VII Encontro Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS - Declaração de Montevideu*. Montevideu, 2013. Disponível em: <<http://relacoesexteriores.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3285->>. Acesso em: 08 jun. 2020.

_____. Ministério de Defesa. *Política Nacional de Defesa*, 2016a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1675243&filename=OF+367/2018+CCP+%3D%3E+PDC+847/2017> Acesso em: 11 jun. 2020.

_____. _____. *Estratégia Nacional de Defesa*, 2016b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1675243&filename=OF+367/2018+CCP+%3D%3E+PDC+847/2017> Acesso em: 11 jun. 2020.

_____. Presidência da República. Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956. Rio de Janeiro, 1956.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le Meilleur des Ambassadeurs: Théorie et pratique de la diplomatie navale*. Paris, Économica, 2010a.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 2010b.

EUA, *US Africa Command. United States Africa Command 2018 Posture Statement*, 2018. Disponível em: <<https://www.africom.mil/document/30467/u-s-africa-command-2018-posture-statement>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

FRANÇA. *Marine Nationale. African NEMO (Navy's Exercise For Maritime Operations)*, 2017. Disponível em: <<https://www.colsbleus.fr/articles/9762>> Acesso em: 30 jun. 2020.

KLEIN, John J. *Maritime Strategy Should Heed U.S. and UK Classics. Proceedings*, Annapolis, Md, 2007.

MIKHAIL, Mariam. *Interview with the Commander of U.S. Naval Forces Europe-Africa*, 2019. Disponível em: <<https://revistademarinha.com/imdec-2019-interview-with-adm-foggo-us-navy/>> Acesso em: 23 jun. 2020.

MOURY, Taciana. *Marinha do Brasil participa de operação internacional na costa africana*. Diálogo, 2018. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/brazilian-navy-participates-in-international-operation-on-african-coast/>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

NYE JUNIOR, Joseph S. *Soft Power, the means to success in world politics*, Public Affairs, 2004.

NYE JUNIOR, Joseph S. *The Future of Power*, Public Affairs, 2011.

PIGEON, Maisie; OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi. *Stable Seas: Gulf of Guinea*. Colorado, On Earth Future, 2020. Disponível em: <<https://stableseas.org/publications/violence-gulf-guinea>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

RALBY, Ian; SOUD, David; RALBY, Rohini. *The Gulf of Guinea is ready for maritime technology*. Center for International Maritime Security, 2019. Disponível em: <<http://cimsec.org/the-gulf-of-guinea-is-ready-for-maritime-technology/39790>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SOARES, Fayga . *Marinha participa de operação internacional para capacitar países africanos no patrulhamento do Golfo da Guiné*. Brasília, Ministério da Defesa, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/marinha-participa-de-operacao-internacional-para-capacitar-paises-africanos-no-patrulhamento-do-golfo-da-guine>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

VIEIRA, Diego. *A ALIDE a bordo do NPaOc Apa: Obangame Express 2014*. Revista Passadico, 2014. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/caaml/sites/www.marinha.mil.br.caaml/files/upload/Revista_Passadico_2014_.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

WEDIN, Lars. *Estratégias Marítimas no Século XXI, a contribuição do Almirante Castex*, Escola de Guerra Naval, 2015.

APÊNDICE A

INTERAÇÕES DA MB COM FORÇAS MILITARES ESTRANGEIRAS

TABELA 1

Quantidade de interações com forças militares estrangeiras – navios, equipes de abordagem e aeronaves – por país, que operaram com os NPaOc Classe “Amazonas” da MB nas *Obangame Express* (2014 a 2019) e *Grand African NEMO* (2019)

PAÍSES	TOTAL DE INTERAÇÕES	EXERCÍCIOS REALIZADOS						
		<i>Obangame Express</i> 2014	<i>Obangame Express</i> 2015	<i>Obangame Express</i> 2016	<i>Obangame Express</i> 2017	<i>Obangame Express</i> 2018	<i>Obangame Express</i> 2019	<i>Grand African NEMO</i> 2019
Angola	6	X	X	X	X	X	X	-
STP	3	X	-	-	-	X	X	-
Congo (RC)	2	-	-	-	X	X	-	-
Namíbia	2	-	-	-	X	X	-	-
Cabo Verde	2	-	-	-	-	-	X	X
Senegal	2	-	-	-	X	-	-	X
R.D.Congo	2	-	X	-	-	X	-	-
Camarões	1	-	-	-	X	-	-	-
Gana	1	-	-	-	X	-	-	-
Portugal	5	X	X	X	-	X	X	-
França	2	-	-	-	X	-	-	X
Bélgica	1	X	-	-	-	-	-	-
Canadá	1	-	-	-	-	-	X	-

Fonte: Do autor.

Obs: Dados trabalhados pelo autor.

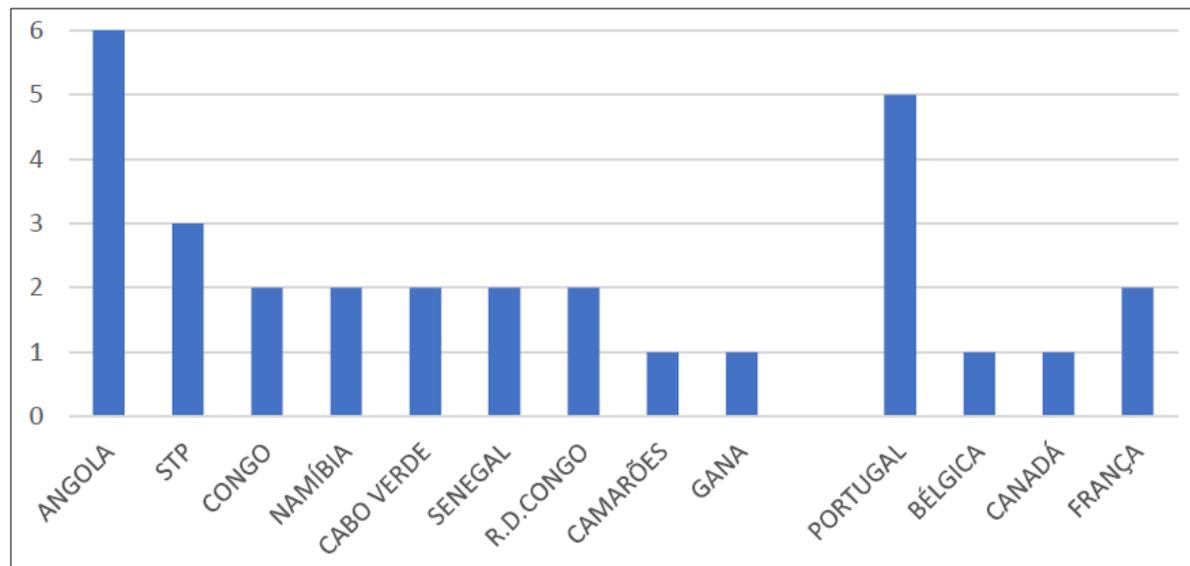


GRÁFICO 1 - Quantidade de interações com forças militares estrangeiras – navios, equipes de abordagem e aeronaves – por país, que operaram com os NPaOc Classe “Amazonas” da MB nas *Obangame Express* (2014 a 2019) e *Grand African NEMO* (2019)

Fonte: Do autor.

Obs: Dados trabalhados pelo autor.

APÊNDICE B

PORTOS VISITADOS PELA MB

TABELA 2

Quantidade de visitas a portos por navios da MB, por país e cidade, nas *Obangame Express* (2014 a 2019) e *Grand African NEMO* (2019)

PAÍSES	CIDADES	TOTAL DE VISITAS	EXERCÍCIOS REALIZADOS						
			<i>Obangame Express 2014</i>	<i>Obangame Express 2015</i>	<i>Obangame Express 2016</i>	<i>Obangame Express 2017</i>	<i>Obangame Express 2018</i>	<i>Obangame Express 2019</i>	<i>Grand African NEMO 2019</i>
Angola	Luanda	6	X	X	X	X	X	X	-
STP	São Tomé	3	X	-	-	-	X	X	-
Camarões	Douala	2	-	-	-	X	X	-	-
Namíbia	Walvis Bay	2	-	-	-	X	X	-	-
Senegal	Dacar	2	-	-	-	-	-	X	X
Cabo Verde	Praia (Mindelo)	2	-	-	-	X	-	-	X
África do Sul	Cidade do Cabo	2	-	X	-	-	X	-	-
Gana	Acra (Tema)	1	-	-	-	X	-	-	-
Costa do Marfim	Abidjã	1	-	-	-	-	-	X	-

Fonte: Do autor.

Obs: Dados trabalhados pelo autor.

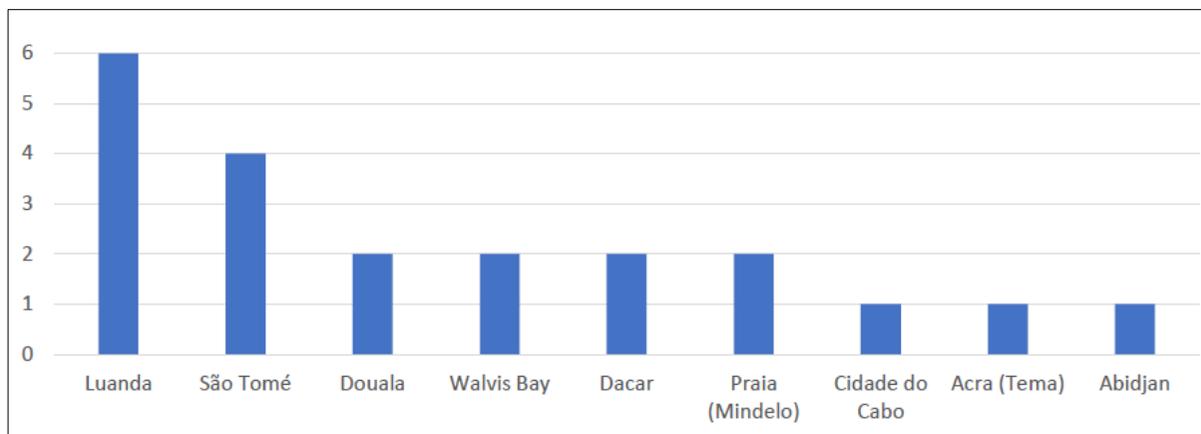


GRÁFICO 2 - Quantidade de visitas a portos por navios da MB, por cidade, nas *Obangame Express* (2014 a 2019) e *Grand African NEMO* (2019)

Fonte: Do autor.

Obs: Dados trabalhados pelo autor.

APÊNDICE C

ENTREVISTA COM INSTRUTOR BRASILEIRO DE PATNAV

- Entrevistado: Suboficial Alexandre Gonçalves de Souza
- Instrutor do CAAML que mais participou dos exercícios *Obangame Express*
- Data: 08 de junho de 2020.

1. O Senhor participou de quantas edições do exercício *Obangame Express*? Quais?

R: Particpei de 6 exercícios: 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2019. Em 2013 não houve navio da MB e o deslocamento dos instrutores foi realizado de avião. A instrução naquele ano aconteceu em Douala (Camarões) e a fase de mar em navio belga.

2. Como foram os adestramentos e treinamentos dos militares africanos nessas comissões?

R: A maioria dos adestramentos foi direcionada para a Marinha da Angola e se dividiam em duas fases:

- Teórica: normalmente o adestramento iniciava quando os NPaOc desatracavam de Luanda em direção ao teatro de operações. As aulas teóricas foram ministradas em Power Point na coberta de tropa como se fosse em uma sala de aula. Foram utilizadas informações derivadas da doutrina da MB associada às da Guarda Costeira dos EUA, com ênfase no Direito Internacional Marítimo, Regras de Engajamento, Fases da AVI, Uso Gradual da Força, Composição do Grupo de Visita e Inspeção (GVI), etc.

- Prática: iniciava-se depois da aula teórica, com uso gradual da força (técnicas de controle, condução, algemação, revista pessoal, etc) e procedimentos táticos (deslocamento armado, entrada em compartimento, etc). Depois criávamos vários cenários no navio onde, testávamos o desempenho dos angolanos.

Obs: esse cronograma variava de acordo com o roteiro e o tempo de deslocamento até o ponto de encontro com os outros navios participantes da *Obangame*. Já tivemos apenas 2 ou 3 dias para adestramento, como também já tivemos mais de uma semana.

Em relação à São Tomé e Príncipe, a sequência dos eventos era o mesmo, mas com tempo bem menor.

Com outras marinhas, como Namíbia, Camarões, Gana, Costa do Marfim e Congo, os

adestramentos aconteciam somente quando atracado no próprio país e eram bem curtos.

Em relação a exercícios no mar, eram realizados dois por dia, um de manhã e outro à tarde. Os exercícios tinham foco nos problemas mais frequentes na área do Golfo da Guiné (pirataria, tráfico de pessoas, poluição hídrica, tráfico de armas, pesca irregular, etc). Os exercícios planejados tinham a mesma qualidade dos realizados no Curso Especial de PATNAV do CAAML, com a vantagem de estar no mar, além da participação de várias nacionalidades.

Normalmente, não havia tempo para avaliar o exercício ao seu término, em virtude da preparação do NPaOc para o próximo exercício ou do deslocamento para outro navio para prepará-lo. Nem sempre era possível realizar os debriefings, pois, como mencionado, era bem corrido.

3. Quais Marinhas Africanas mais receberam treinamento pela equipe do CAAML?

R: 1º Angola, 2º São Tomé e Príncipe e 3º Namíbia.

4. Dentre essas, o Senhor observou alguma evolução nos procedimentos por parte dos militares africanos no decorrer dos anos?

R: Sim. Principalmente Angola e São Tomé e Príncipe.

5. Em relação a questão anterior, quais as principais dificuldades apresentadas?

R: Sem dúvida o material é o maior problema.

Outra grande dificuldade é o idioma (já aconteceu de eu ministrar um adestramento em que havia mais de 6 nacionalidades envolvidas e eu falava em português e um militar americano traduzia para o inglês e uma militar americana traduzia para o francês), esse tipo de situação demanda muito tempo.

Outro problema, com raríssimas exceções, é o fato dos mesmos militares que realizam uma abordagem para verificar uma pesca ilegal, fazerem uma abordagem contra pirataria, por exemplo. Isso causa muita dificuldade para o emprego correto do uso gradual da força. Para visualização, é como o GRUMEC realizando uma inspeção naval sem oposição.

6. Qual a percepção que os militares africanos têm em relação à Marinha do Brasil?

R: A grande maioria acredita que estamos no “estado da arte”, por causa dos NPaOc e do conhecimento transmitido para eles nas *Obangame*.

O que fica bem claro e evidente é o quanto os africanos preferem embarcar nos navios

brasileiros em vez de embarcar nos navios europeus. Isso ocorre porque eles se sentem integrados a guarnição. Eles utilizam as mesmas áreas de lazer, fazem refeições junto com a guarnição e são bem alojados. De modo geral são bem recebidos a bordo. Diferentemente dos europeus que, segundo eles, os recebem com indiferença. Há uma disputa entre eles para ver quem fica no navio brasileiro.

Quando acaba a parte operativa da *Obangame* e se inicia o regresso para o porto, onde normalmente é realizado um almoço de conagração a bordo em que os africanos ficam impressionados positivamente com a integração.

7. O Senhor tem algo mais a apresentar?

R: Sim. Cabe ressaltar que algumas marinhas no Golfo da Guiné necessitam de muito adestramento para realizar uma abordagem satisfatória, sem mencionar a necessidade de aquisição de material de todo tipo.

Em relação a equipamentos, apesar da carência, Angola se destaca em relação aos demais, seguida por Camarões e Senegal.

ANEXO A

A REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ

A região do Golfo da Guiné é a área da costa ocidental africana banhada pelo Oceano Atlântico Sul que se estende do Senegal até Angola. Os países que compõe a região são: Senegal, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo e Angola.



FIGURA 1 - A região do Golfo da Guiné
Fonte: PIGEON E OKAFOR-YARWOOD, 2020.

ANEXO B

INCIDENTES RELATIVOS A SEGURANÇA MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ

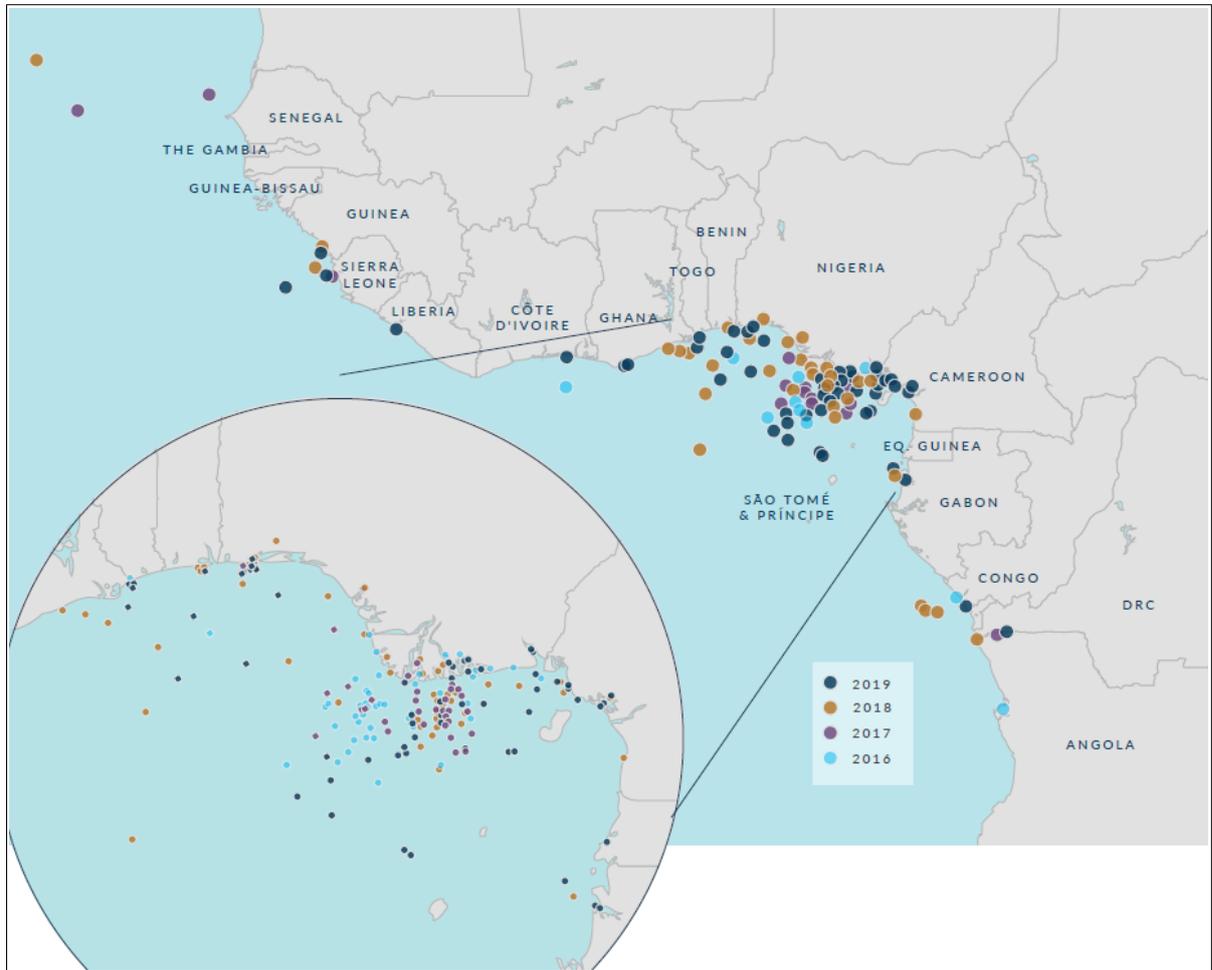


FIGURA 2 - Incidentes de pirataria e roubo armado no Golfo da Guiné, 2016-2019
Fonte: PIGEON E OKAFOR-YARWOOD, 2020.

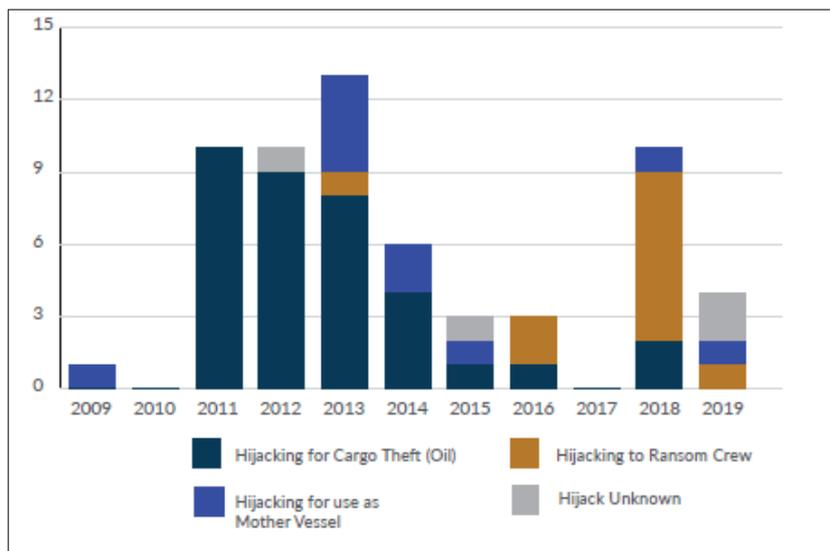


GRÁFICO 3 - Quantidade de sequestros de navios na região do Golfo da Guiné por tipo de ação ilícita decorrente de 2009 a 2019

Fonte: PIGEON E OKAFOR-YARWOOD, 2020.

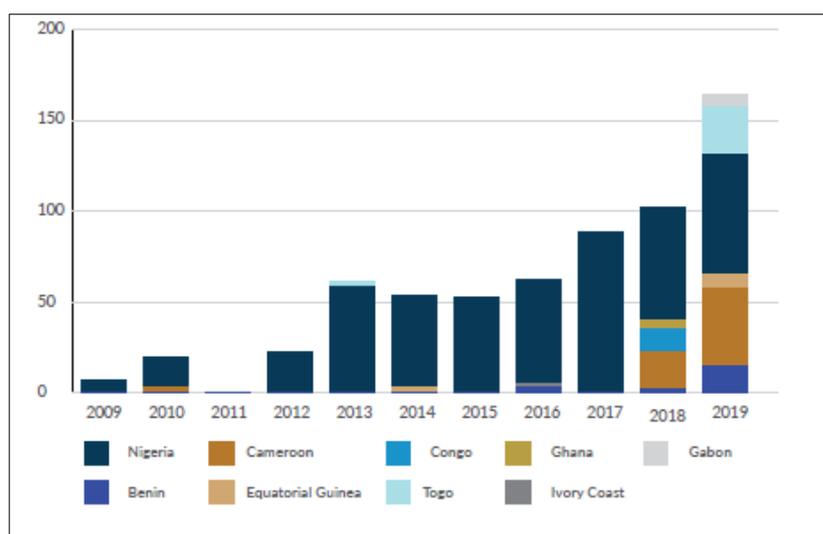


GRÁFICO 4 - Quantidade de sequestros de tripulações na região do Golfo da Guiné pela localização (país) do incidente de 2009 a 2019

Fonte: PIGEON E OKAFOR-YARWOOD, 2020.

ANEXO C

ARQUITETURA DE IAUNDÊ



FIGURA 3 - Arquitetura de Iaundê para segurança e proteção marítima
Fonte: ADF STAFF, 2020.

Os Estados signatários do Código de Conduta de Yaoundé, incluindo os que não têm saída para o mar, são agrupados por suas respectivas Comunidades Econômicas Regionais em zonas marítimas. A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (*Economic Community for Central African States - ECCAS*) possui as áreas “A” e “D” (não há áreas “B” e “C”) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community for Western African States - ECOWAS*) possui as Zonas “E”, “F” e “G”.

Segue a relação de países agrupados por área. O asterisco indica cada país que hospeda um Centro de Coordenação Multinacional de Área (*Zonal Multinational Coordination Center - MCC*):

Área “A”: Angola, República Democrática do Congo e República do Congo;

Área “D”: Camarões, Guiné-Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe;

Área “E”: Nigéria, Benin, Togo e Níger;

Área “F”: Gana*, Costa do Marfim, Burkina Faso, Serra Leoa, Libéria e Guiné;

Área “G”: Cabo Verde*, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau e Mali.

Cada Comunidade Econômica Regional também possui um Centro de Coordenação Regional correspondente, o Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC) para a ECCAS com sede em Ponte Negra, na República do Congo, e o Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental (CRESMAO) para a ECOWAS com sede em Abidjã, na Costa do Marfim. Os dois centros regionais interagem e compartilham informações com os Centros de Coordenação Marítima Multinacional (*Multinational Maritime Coordination Centre – MCC*) para garantir a cooperação operacional em suas respectivas áreas de responsabilidade.

No topo da arquitetura está o Centro Inter-regional de Coordenação (*Inter-regional Coordination Center - ICC*) em Iaundê, local que concentra aspectos operacionais,

estratégicos e políticos da segurança marítima no Golfo da Guiné. A ICC coordena e apoia o trabalho dos dois centros regionais, das cinco áreas de operações e dos 25 Estados-membros. Ao mesmo tempo, tem o papel importante de se envolver com parceiros internacionais e governos nacionais para criar vontade política e garantir que o impulso do Golfo da Guiné continue.

É importante ressaltar que a Arquitetura de Iaundê para Segurança e Proteção Marítima (*Yaoundé Architecture for Maritime Safety and Security - YAMSS*) cada vez mais produz resultados, pois está mais conectada entre si e trabalhando coletivamente para tornar a segurança e a proteção marítimas uma realidade no Golfo da Guiné. O CRESMAC e o CRESMAO estão se tornando cada vez mais operacionais no compartilhamento de informações em suas regiões e entre si. Em todos os níveis, há sinais da crescente integração entre os profissionais marítimos da África Ocidental e Central.

Fonte: RALBY, SOUD E RALBY, 2019.

ANEXO D

TRANSFERÊNCIAS DE EQUIPAMENTOS MILITARES DO BRASIL PARA PAÍSES DA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ

TABELA 3

Transferências de equipamentos militares do Brasil para países da região do Golfo da Guiné. Entregas e pedidos feitos entre 2014 e 2019

Supplier/ recipient (R)	ordered	No. designation	Weapon description	Year(s) Weapon of order	Year of delivery	of delivered	No. Comments
Brazil R: Nigeria	12	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2018			\$329 m deal; from US production line; delivery planned by 2024

Fonte: SIPRI Arms Transfers Database

Disponível em <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 14 Jul. 20

ANEXO E

TRANSFERÊNCIAS DE EQUIPAMENTOS MILITARES DO BRASIL PARA OUTROS PAÍSES

TABELA 4

Transferências de equipamentos militares do Brasil para todos os países. Entregas e pedidos feitos entre 2014 e 2019

Supplier/ recipient (R)	ordered	No. designation	Weapon description	Year(s) Weapon of order	Year delivery	of delivered	No. Comments
Brazil							
R: Afghanistan	6	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2017	2018	(6)	Financed by USA; ordered via USA from US production line
Nigeria	12	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2018			\$329 m deal; from US production line; delivery planned by 2024
Portugal	5	C-390	Transport aircraft	2019			\$920 m deal (incl 12 years support and production of components in Portugal); delivery planned 2023-2027
UAE	24	B-250	Trainer/combat aircraft	2019			AED2.3 b (\$620 m) deal; produced in UAE
Afghanistan	20	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2013	2016	(20)	\$427 m 'LAS' deal (financed by USA); ordered via USA from US production line
Chile	6	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2017	2018	6	
Guyana	2	BN-2 Islander	Light transport ac	2018	2018	2	Second-hand
India	(2)	ERJ-145	Transport aircraft	2008	2017-2019	2	Part of \$210 m deal; modified in India to AEW&C aircraft with Indian radar
Indonesia	8	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2011	2012-2014	8	
	(36)	ASTROS-2	Self-propelled MRL	2012	2014-2015	(36)	\$403 m deal; ASTROS-2 Mk-6 version
	8	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2012	2015-2016	8	
Lebanon	(20)	VBTP Guarani	APC	2014	2017	(20)	Part of EUR30 m deal; ordered via Italy; VBTP-MR version
	6	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2015	2017-2018	6	\$173 m deal; A-29B version; from US production line; for combat role
Mali	(4)	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2015	2018	4	
Mozambique	3	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	2014	2014	(3)	Second-hand; aid
Pakistan	100	MAR-1	ARM	2008	2013-2017	(100)	BRL111 m (\$100-126 m) deal
Philippines	6	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2017			PHP5 b (\$100 m) deal; incl for combat role; delivery planned by 2020
United Kingdom	5	Phenom-100	Light transport ac	2016	2017-2018	(5)	Part of 'MFTS' programme; for UK company for training of UK armed forces in 'MFTS' programme
Uruguay	15	M-41B	Light tank	(2013)	2018	15	Second-hand (deal incl 10 more for spare parts); aid; M-41C version

Fonte: SIPRI Arms Transfers Database

Disponível em <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 15 Jul. 20

ANEXO F

TRANSFERÊNCIAS DE NAVIOS MILITARES PARA PAÍSES DA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ

TABELA 5

Transferências de navios militares para países da região do Golfo da Guiné. Entregas e pedidos feitos entre 2014 e 2019

Supplier/ recipient (R)	ordered	No. designation	Weapon description	Year(s) Weapon of order	Year delivery	of delivered	No. Comments
China							
R: Cameroon	2	P-108	Patrol craft	2013	2014	2	
Cote d'Ivoire	1	Predator	Patrol craft	(2017)	2017	1	CNY30 m (\$4.4 m) aid
Nigeria	2	P18N	OPV	2012	2014-2016	2	NGN6.8 m (\$42 m deal)
	1	Type-62	Patrol craft	2014	2015	1	Aid
France							
R: Angola	(3)	HSI-32	Patrol craft	2016	2019	(3)	Part of EUR495 m deal
		Vigilante-1400	OPV	2016			Part of EUR495 m deal; designation uncertain (reported as 'long patrol vessel')
		Vigilante-400	Patrol craft	2016			Part of EUR495 m deal; designation uncertain (reported as 'short patrol vessel')
Cameroon	1	Grèbe	Patrol craft	2012	2017	1	Second-hand but modernized before delivery; Cameroon designation Dipikar
Cote d'Ivoire	3	RPB-33	Patrol craft	(2013)	2014-2016	3	
Nigeria	2	FPB-110	Patrol craft	(2016)	2018	2	FPB-110 Mk-2 version
	2	FPB-72	Patrol craft	(2017)	2017	2	
	(2)	FPB-72	Patrol craft	2017	2018	2	
	2	FPB-110	Patrol craft	2019			Delivery planned 2020
	1	FPB-72	Patrol craft	2019			Delivery planned 2020
Senegal	1	OPV-45	Patrol craft	2013	2015	1	Senegalese designation Kedougou
	1	OPV-190	OPV	2014	2016	1	OPV-190 Mk-2 version; Senegalese designation Fouladou
	2	RPB-33	Patrol craft	2018	2019	1	Delivery planned 2019-2020
	3	OPV-58	FAC	2019			
Togo	2	RPB-33	Patrol craft	2013	2014	2	Togolese designation Agou
Israel							
R: Angola	4	Super Dvora	Patrol craft	2015	2016	(4)	Super Dvora Mk-3 version
Netherlands							
R: Nigeria	2	FCS-3307	Patrol craft	2019			From Vietnamese production line; delivery 2020

	1	LST-100	Landing ship	2019			From UAE production line; delivery planned 2020
South Africa							
R: Nigeria	2	Sentinel-37m	Patrol craft	2013	2015	2	
Spain							
R: Cameroon	2	Aresa-3200	Patrol craft	(2012)	2014	2	
Ukraine							
R: Equatorial Guinea	1	Wele Nzas	Frigate	(2011)	2014	1	Delivered from Bulgarian production line as civilian 'salvage/rescue ship and armed in Equatorial Guinea (with equipment from Ukraine)
United States							
R: Nigeria	1	Hamilton	OPV	(2013)	2014	1	Second-hand; aid

Fonte: SIPRI Arms Transfers Database

Disponível em <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 14 Jul. 20